



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LEILA SILVA RIBEIRO**

**A GUERRA COMERCIAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA: UMA ANÁLISE  
ACERCA DA ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO GOVERNO TRUMP DIANTE DA  
ASCENSÃO CHINESA**

São Cristóvão

2020

**LEILA SILVA RIBEIRO**

**A GUERRA COMERCIAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA: UMA ANÁLISE  
ACERCA DA ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO GOVERNO TRUMP DIANTE DA  
ASCENSÃO CHINESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Relações Internacionais  
da Universidade Federal de Sergipe como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Me. Corival Alves do Carmo

São Cristóvão

2020

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

LEILA SILVA RIBEIRO

### **A GUERRA COMERCIAL ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA: UMA ANÁLISE ACERCA DA ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO GOVERNO TRUMP DIANTE DA ASCENSÃO CHINESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Sergipe como requisito  
parcial para a obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Banca Examinadora:

São Cristóvão, 2020.

Aos meus pais, obrigada por me ensinaram a não ter medo de voar.

## **AGRADECIMENTOS**

Quando tinha 10 anos eu já começava a falar para todo mundo sobre como eu queria fazer coisas grandes e conhecer o mundo. Naquela idade, eu certamente tinha mais certezas do que agora. Mas, mesmo na minha inocência de criança que achava que tudo era maravilhoso, sempre tive duas pessoas ao meu lado para apoiar minhas aventuras. Ednaldo e Dora, meus pais. Nada que eu escreva vai ser capaz de dizer o quanto eu sou grata por cada oportunidade que os dois me deram ao longo da minha vida. Meu muito obrigada pela confiança e por nunca deixaram de acreditar em mim. Eu amo vocês infinitamente.

Aos meus irmãos mais velhos, Léo e Vitor, por estarem sempre ao meu lado, sendo meus dois grandes exemplos. À minha família, por todo amor e carinho durante esses anos. Às minhas avós, Josefa (i.m) e Maria Rita, as duas mulheres mais incríveis que já conheci. Agradeço em especial à minha sobrinha, Sofia, que está por vir ao mundo em março de 2020. Sem ainda saber que cor serão seus olhos ou o brilho dos seus cabelos, vejo nela a esperança de que sempre haverá novos começos e a esperança de dias melhores. Espero, Sofia, que você veja em mim um ponto de apoio, alguém que lhe incentive a ir além, pois a partir de agora, mais do que Leila, serei sempre sua tia.

Agradeço a todos os amigos que a UFS me deu. Obrigada à Bruno, Luan e Kaio, por terem sido meus companheiros desde o início. À Léo, por toda ajuda, conversas sobre a vida e sushis. À Allan, Letícia e Mayra por tornarem minha casa um verdadeiro lar. À Luanna, por compartilhar tantos dramas comigo. À Luísa e Aline por sempre estarem presentes. Aos meus colegas de sala, por esses anos dividindo tantas festas e perrengues. Aos meus amigos da REINA, em especial Alicia e Júlia, obrigada por tudo que aprendi com vocês.

Meu agradecimento também aos meus amigos de Itabuna. Karen, Lorena e Yasmim, vocês três são as irmãs que a vida me deu, obrigada por sempre estarem presentes. Agradeço por todo companheirismo de Heloísa e Marielle, meus dois grandes presentes da UESC. Obrigada à Rebeka, por sempre acreditar tanto em mim. E à Serginho, Isabela e Manu, meu agradecimento por todo apoio.

Agradeço a todos os amigos que fiz durante meu intercâmbio da Disney. Toda minha família do ICP de Aracaju, obrigada por sempre trazerem tanta magia para

minha vida. Agradeço especialmente à Marina, Raphaella e Letícia, que vem me ensinando tanto nos últimos tempos. Aos bombonzinhos, por dividirem pedaços do meu coração por cada canto desse Brasil. À Luiza e Texugo, por terem me mostrado o real significado de uma verdadeira amizade à distância.

A todos os professores do DRI, por tamanha dedicação e paixão pela arte de ensinar. Agradeço especialmente ao meu orientador, Corival, por demonstrar tanto apoio quando mais precisei durante o curso. Obrigada pela paciência para ouvir cada um dos meus dramas e por me fazer acreditar na minha trajetória. Sem o apoio do senhor, provavelmente teria desisto no meio do caminho.

Por fim, quando pesquisei sobre o significado de “rede de apoio” encontrei que poderia ser a união de pessoas com o objetivo de dar segurança, não deixar que a pessoa caia e dar força seja o quanto for necessário. E essa é a definição que eu precisava para todos que já mencionei acima e alguns outros que não foram citados. Nesses últimos anos, não importa a quão boa ou ruim esteja sendo alguma fase da minha vida, eu sempre tive ao meu lado pessoas que fizeram com que, pelo menos por um instante, eu me sentisse um pouco mais especial. Pessoas que fizeram comentários construtivos, que me deram uma palavra amiga ou que demonstraram se importar com o que tenho a dizer. Talvez, mesmo não percebendo, qualquer instante de conversa tenha sido suficiente para me fazer repensar o mundo e encontrar mais força ainda para continuar. Aos que passaram rapidamente, aos que ainda estão aqui e aos que virão, obrigada por terem feito parte da minha trajetória e pelo incentivo na construção diária de quem eu sou e quem eu quero ser. Por isso, precisava agradecer imensamente aos sonhadores, que nunca me deixaram esquecer de que é preciso sempre ver com inspiração e coragem a distância de onde estou e de onde quero chegar. Para a gente, que todas as pequenas faíscas sejam suficientes para continuarmos.

## RESUMO

A presente pesquisa busca analisar como a atual política comercial do governo estadunidense reflete uma estratégia econômica em face do crescimento do poder chinês no Sistema Internacional. Após a vitória presidencial na eleição de 2016, o governo de Donald Trump tem se utilizado de instrumentos geoeconômicos coercitivos para garantir a prevalência de seus interesses nacionais. Desse modo, a Guerra Comercial contra a China demonstra a forma como o poder econômico se tornou um imperativo importante nas disputas de poder do século XXI. Assim, ao instaurar uma política tarifária agressiva, Trump tem se utilizado do protagonismo e dos privilégios estadunidenses como forma de prejudicar seu adversário. Essa mudança na política econômica externa dos EUA tem trazido contestações acerca do papel do país como defensores do comércio internacional, num contexto que transparece um reposicionamento do país diante da dinâmica sistêmica atual.

**Palavras-chave:** Guerra Comercial; governo Trump; China; estratégia econômica; instrumentos geoeconômicos; disputas de poder.

## **ABSTRACT**

This research aims to analyze how the current commercial policy of the American government reflects an economic strategy in the face of the growth of Chinese power in the International System. Following his 2016 election victory, the Donald Trump administration has used coercive geoeconomic instruments to ensure the prevalence of its national interests. The Trade War against China demonstrates how economic power has become an important imperative in 21st century power struggles. Therefore, after establishing an aggressive tariff policy, Trump has used American protagonism and its privileges as a way to harm his opponent. This change in the US foreign economic policy has been challenging the role of the country as supporters of international trade, in a context that shows a repositioning of the USA in the face of the current systemic dynamics.

**Keywords:** Trade War; Trump administration; China; economic strategy; geoeconomic instruments; power struggle.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A era da geoeconomia e o protagonismo norte-americano	13
1.1 A ascensão da geoeconomia e a primazia do poder econômico	14
1.2 A ordem liberal intercapitalista e o protagonismo estadunidense	18
1.3 O poder econômico dos Estados Unidos durante o governo Trump: Privilegiados ou desfavorecidos?	22
2. A centralidade estadunidense no comércio internacional e os dilemas das relações sino-americanas	26
2.1 O papel estadunidense no processo de institucionalização do comércio internacional: O caso do GATT/ OMC	28
2.2 O mandato de George W. Bush (2001-2007): A guerra contra o terrorismo e a entrada da China na OMC	34
2.3 As estratégias do governo Obama: O uso das ferramentas multilaterais	38
3. A guerra comercial entre Estados Unidos e China	41
3.1 O quadro geral da disputa	42
3.2 Uma análise dos impactos da guerra comercial	49
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	59

## INTRODUÇÃO

Em março de 2018, após instaurar uma série de tarifas direcionadas a importações de aço e alumínio, o presidente norte-americano Donald Trump (2018a)<sup>1</sup> afirmou que “guerras comerciais são boas e fáceis de ganhar”. Além do descontentamento com as novas tariffações, o discurso de Trump gerou uma série de críticas por parte da oposição democrata e pelos países afetados por tais medidas. Entretanto, nunca foi surpresa para os cidadãos norte-americanos que a agenda política do presidente que fora eleito em 2016 seria pautada numa política externa agressiva, refletindo uma agenda conservadora e nacionalista. Em seu livro de campanha “América Debilitada - Como tornar a América grande outra vez” publicado em 2016, Trump já afirmava a necessidade utilizar o poderio econômico do país para recompensar as outras nações que trabalhassem junto aos Estados Unidos (EUA) e punir severamente as que não.

Sendo assim, estando ciente do poder e influência que os Estados Unidos têm sobre a economia do resto do mundo, Trump revela a face de um governo que está preocupado apenas com o desenvolvimento e progresso da sua própria nação. Nota-se que todos os privilégios que os EUA adquiriram são reflexo de um Sistema Internacional anárquico, caracterizado justamente pela hierarquia entre os países e pela luta desses pela riqueza em escala global. Mesmo ocupando o lugar de protagonismo na economia mundial, a Guerra Comercial instaurada pelo presidente visa estender o controle estadunidense por meio da dominação e implementação da necessidade do resto do mundo em negociar e comprar da indústria norte-americana.

Mas, essa necessidade de impor tais medidas tarifárias para reaquecer a economia norte-americana seria a representação do declínio do seu poder? A nação que já chegou a ser uma hegemonia por consenso e triunfou no pós Guerra-Fria como potência unipolar teria que direcionar medidas coercitivas a outros países para se tornar atrativa novamente? Todas essas perguntas fazem sentido diante da prerrogativa na qual o poder econômico tem se tornado a chave mestre para conseguir influência política no sistema. Nesse cenário, as ações coercivas de Trump são voltadas para o novo inimigo da nação: a China. Com suas elevadas taxas de crescimento, comparadas ao padrão norte-americano, o governo chinês tem se

---

<sup>1</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/guerras-comerciais-sao-boas-e-faceis-de-ganhar-diz-trump.html>>. Acesso em: 17 fev 2020.

destacado pelo uso de inúmeras estratégias econômicas que têm garantido uma forte política exportadora e um crescimento exponencial da sua renda interna. Segundo Fiori (2014, p. 30-1), esse cenário demonstra que:

O aparecimento de uma potência emergente é sempre um fator de desestabilização e mudança do sistema mundial, porque sua ascensão ameaça o monopólio das potências estabelecidas. Na verdade, porém, os grandes desestabilizadores do sistema são os próprios Estados líderes ou hegemônicos, pois eles não podem parar de se expandir para manterem sua hegemonia – e para se manterem à frente dos demais, eles precisam desafiar continuamente as regras e instituições que foram estabelecidas por eles mesmos, mas que podem estar bloqueando sua necessidade de inovar e expandir mais do que todos os demais.

Desse modo, percebe-se que essa crescente importância da China no âmbito da economia mundial tem desencadeado políticas por parte do governo Trump que visam garantir a supremacia norte-americana em relação a esse possível concorrente. Ainda em campanha, Trump (2016, p. 53) já escrevia: “nossa competição com a China nesse momento é econômica, e estamos perdendo a batalha faz tempo”. Assim, os discursos e estratégias comerciais de taxação de altos impostos às importações direcionadas especialmente à China, caracterizam um momento no qual os instrumentos econômicos se tornaram a principal arma dos Estados Unidos na busca por manter o status quo vigente.

Nesse sentido, a hipótese adotada é a de que, no cenário da atual Guerra Comercial entre Estados Unidos e China, o governo de Donald Trump representa uma ruptura na política econômica externa do país ao se distanciar dos pilares que gerem a ordem liberal cosmopolita e ao fazer uso de instrumentos geoeconômicos como ferramenta de coerção e imposição de vontades estadunidenses. Tais circunstâncias refletem o contexto no qual os Estados Unidos tendem a se manter como principal potência política e econômica do mundo, diante das características sistêmicas moldadas historicamente por governos anteriores que visaram garantir a prevalência dos interesses norte-americanos. Todavia, tais medidas anteriores não mascaram o fato de que a agenda de Donald Trump desencadeou a confirmação do reposicionamento do país diante do cenário inédito que gere a relação de dependência e confronto entre os Estados Unidos e a China.

Para defender esta hipótese, o trabalho está organizado da forma que se segue. O primeiro capítulo buscará averiguar de que maneira os instrumentos geoeconômicos se tornaram imprescindíveis nas atuais disputas de poder. Para tal,

será exposto o modo como os Estados Unidos conseguiram garantir, após a Segunda Guerra Mundial, o protagonismo necessário para torná-los líderes na dinâmica concorrencial que passa cada vez mais a levar em consideração a influência do poder econômico. Ao fim, será feito um levantamento que mostra como os EUA possuem privilégios exorbitantes nesse cenário de disputa pelo domínio da riqueza.

Em seguida, no capítulo 2, será exposta uma análise acerca do papel que os Estados Unidos tiveram na construção dos pilares que moldaram o comércio internacional. O caso do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e da sua sucessora, a Organização Mundial do Comércio, refletem como os norte-americanos tiveram uma forte atuação na construção dessas importantes instituições que regulam o livre comércio entre os países. Uma vez que a abertura internacional da China e a percepção do seu crescimento exponencial foi notado a partir da sua entrada na OMC em 2001, será feita a averiguação acerca de como o governo norte-americano da época, que tinha como presidente George W. Bush, lidava a questão dos chineses. Logo após, será observado as políticas multilaterais do democrata antecessor de Donald Trump, Barack Obama, traçando as linhas gerais que diferenciam as políticas de ambos em relação à China.

Por fim, o último capítulo será focado em entender melhor as circunstâncias que caracterizam a atual Guerra Comercial, buscando analisar as principais medidas tomadas pelo governo chinês e estadunidense durante esses meses de tensão. Logo após, será feito um levantamento para compreender se, até então, os resultados esperados por Trump foram alcançados e se realmente os trabalhadores, empresários e indústrias norte-americanas conseguiram tirar vantagens dessa nova política tarifária. A partir desse cenário, será possível fazer uma reflexão acerca de como o governo de Donald Trump representa uma forte mudança em relação ao papel de liderança exercido pelos Estados Unidos nos dias de hoje.

## 1. A era da geoeconomia e o protagonismo norte-americano

A queda do muro de Berlim, principal símbolo da Guerra Fria, representou para o Sistema Internacional a derrocada do mundo bipolar e a ascensão da nova era da ordem mundial. Esse novo regime traria para o século XXI mudanças significativas, dentre as quais pode-se citar a globalização, tida como um fenômeno multidimensional do regime capitalista. De modo geral, a culminância desse processo global desencadeou no aumento da interdependência econômica entre os Estados, que estavam conectados mais do que nunca pelo regime comercial e financeiro, e a emergência do capital transnacional e das multinacionais, como novos atores protagonistas dessa dinâmica.

Uma variável comum nesse regime é que cada vez mais o imperativo da acumulação de riqueza e a busca pelo controle de recursos econômicos tem se tornado uma forte preocupação diante do crescente efeito das questões de economia nas questões políticas. Sendo assim, percebe-se que os conflitos atuais se tornaram mais complexos diante da dualidade entre parceiros e adversários: o maior concorrente político de uma nação pode ser também ser seu maior parceiro comercial. Dessa forma, Luttwak em seu artigo "From Geopolitics to Geo-Economics" (1990), já abordava que a lógica do conflito internacional se tornaria majoritariamente a lógica do conflito econômico:

É verdade que pressões emocionais causadas por dificuldades econômicas temporárias podem iniciar ciclos de ação e reação. Ressentimentos causados por graves desequilíbrios comerciais, exigências autoritárias de abertura de mercado ou por ações estrangeiras particularmente intrusivas não causam apenas surtos momentâneos de críticas. Cada episódio deixa um resíduo duradouro de hostilidade, sentimentos bastante inamistosos, contra qualquer país que esteja do outro lado de tais transações. Assim, cálculos frios de lucro e prejuízo não são necessariamente suficientes para evitar a explosão de rivalidades geoeconômicas irrestritas (LUTTWAK, 2001, p. 182).

Diante desse cenário, destacar a lógica pós-Guerra-Fria é também entender um modelo de economia globalizada que foi construída por pilares norte-americanos. A vitória contra a URSS foi apenas mais uma das demonstrações do poder multidimensional dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo. O imperativo do comércio e da economia liberalizada reflete uma dinâmica que, de acordo com Fiori (2007), transparece o triunfo estadunidense em todos os sentidos. Para o autor, o final dos anos 90 representou a consolidação do dólar como base do sistema monetário internacional, o estabelecimento da dívida pública norte-americana como

o principal ativo financeiro do mundo e o poder militar do país consolidado como uma força bélica sem precedentes.

E o processo da globalização financeira havia universalizado a moeda e o capital financeiro norte-americano, chegando mais perto do que nunca de um “império financeiro global”. Numa década, a estratégia americana depois da Guerra Fria multiplicou o poder militar dos Estados Unidos e transformou o projeto de “abertura” no grande instrumento de globalização do “território econômico”, da moeda, do crédito, das finanças e da tributação dos Estados Unidos (FIORI, 2007, p. 99).

Dadas tais circunstâncias, o presente capítulo busca analisar de que forma a dinâmica do poder econômico se tornou uma variável imprescindível diante das disputas de poder do século XXI. Para isso, é preciso entender melhor o uso das ferramentas geoeconômicas e de que forma o Estado tem aplicado o uso coercivo desses instrumentos na busca por garantir seus interesses no Sistema Internacional. Ademais, será focado no caso dos Estados Unidos como maior economia do mundo e o seu papel na construção da dinâmica vigente, atentando-se para o governo atual de Donald Trump e de que forma as estratégias do presidente se enquadram na economia política internacional vigente.

### **1.1 A ascensão da geoeconomia e a primazia do poder econômico**

Morgenthau (1965, p. 195), um dos maiores contribuidores para a teoria realista das Relações Internacionais (RI), atribuía à natureza humana um estado permanente de auto interesse e egoísmo, de modo a caracterizar a política como: “uma luta pelo poder sobre os homens e quaisquer que sejam seus objetivos finais, o poder é seu objetivo imediato e as formas de adquiri-lo, mantê-lo e demonstrá-lo determinam a técnica da ação política”. Tal ambição pelo poder trazida pelo autor é gerida pelo comportamento dos atores, em especial os Estados, na tentativa de moldarem o sistema e garantirem a prevalência dos seus próprios interesses diante das disputas no âmbito internacional.

Associa-se frequentemente a busca por essa primazia internacional como meramente a capacidade militar e a habilidade de vencer conflitos armados. Contudo, assim como afirma Huntington (1993), além do empenho por garantir a segurança e soberania, o poder e influência também são desejáveis diante do intuito de alcançar os objetivos do Estado sem recorrer necessariamente à guerra. Tal dinâmica apontada pelo autor se torna ainda mais notória após o fim da Guerra Fria, acontecimento que permitiu colocar em evidência novos fenômenos: a globalização,

o crescimento da integração econômica, a culminância da Revolução Científica e Tecnológica e a emergência dos países do Terceiro Mundo. Para Susan Strange (1977), tais mudanças estruturais no ramo da tecnologia, finança e informações desencadearam a rápida integração da economia mundial e a relativa mudança do papel estatal:

o locus de autoridade sobre mercados que antes eram predominantemente nacionais, delimitados por fronteiras territoriais nacionais, agora se tornaram transnacionais, e até globais, tornando-se não mais consistente com o mapa político do mundo dividido em estados territoriais discretos (STRANGE, 1977, p. 9, tradução nossa).

As especificidades dessa nova dinâmica continuaram moldando a busca do Estado pela imposição das suas preferências, de modo que, a partir da consolidação da ordem capitalista norte-americana, torna-se claro o crescimento da relevância dos instrumentos econômicos na disputa pelo poder. Para Nye (2012, p. 79), após o fim do conflito bipolar, “o poder econômico iria se tornar a chave para o sucesso na política mundial” e cada vez mais “as recompensas estavam se tornando mais importantes que estímulos”. Nessa perspectiva, o sistema agora caracterizado pelo intenso fluxo de circulação de capitais produtivos e especulativos, consolida a disputa pelo poder sendo visto como a disputa pela produção e consumo de riqueza:

A riqueza nesta sociedade se mantém associada ao poder, como sempre esteve; mas surge um novo tipo de poder, o “econômico”, cuja fonte é a apropriação privada de elementos fundamentais para o desenrolar, com um certo grau de eficiência, do processo de produção e circulação de bens e serviços, necessários ou desejados (POSSAS, 1993, p. 20).

Nessa perspectiva, Luttwak (2001, p. 172) aborda essa rivalidade entre Estados que passam cada vez mais a fazer uso de instrumentos econômicos como um cenário caracterizado por confrontos expressos de outras formas: “se disputas comerciais levarem a conflitos políticos, como está acontecendo com regularidade por causa do declínio de imperativos de alianças, esses confrontos políticos terão de ser lutados com as armas do comércio”. A partir de tal pressuposto, o autor desenvolve o termo “geoeconomia”, definido posteriormente por Blackwill e Harris como o uso feito pelas nações de “instrumentos econômicos para promover e defender os interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas das demais nações sobre os objetivos geopolíticos de um país” (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p. 20, tradução nossa).

Para Nye (2012, p. 79), tal discussão sobre as capacidades do Estado e seus diferentes tipos de poder atenuou o debate se “geoeconomia” havia substituído a “geopolítica”, uma vez que os instrumentos econômicos passaram a se tornar fundamentais para o exercício de influência na política mundial. A princípio, Blackwill e Harris (2016) definem a geopolítica como uma forma de análise de política externa que busca entender, explicar e discutir o comportamento político dos atores de acordo com suas variáveis geográficas (território, população, economia, recursos naturais, capacidades militares, etc). Enquanto a geoeconomia visa traçar um paralelo acerca de como um Estado se impõe no Sistema Internacional através do uso do seu poder econômico e suas consequentes ferramentas. De modo geral, na lógica do poder territorial, a busca do poder se manifesta pelo controle de territórios e de recursos humanos; enquanto a lógica do poder capitalista se manifesta no controle do capital:

[...] a disputa atual não mais consistiria em produzir maior quantidade de armamentos ou anexar novos territórios (seja militar ou ideologicamente, como na época da guerra fria), e sim em produzir mais e melhores bens e serviços, ampliando a produtividade, o nível tecnológico e educacional, e o padrão de consumo da população enfim (VESENTINI, 2016, p. 33).

Nessa dinâmica de competição econômica, Blackwill e Harris estabelecem sete instrumentos geoeconômicos que os atores fazem uso com fins geopolíticos, sendo esses: a política comercial; política de investimentos; sanções econômicas; política cibernética; assistência econômica; política financeira e monetária; e políticas nacionais de energia e commodities (BLACKWILL, HARRIS, 2016, p. 49). Pela análise de Troxell (2018), é possível averiguar essas principais ferramentas econômicas a partir de dois vieses: os estímulos positivos vistos como “recompensas” e as “ações negativas” taxadas como punições de cunho coercitivo<sup>2</sup>, assim como representado na figura 1. Desse modo, uma vez que a reprodução, a acumulação e a distribuição do capital prescindem de instrumentos políticos, torna-se papel estatal orientar a dinamicidade dessas ferramentas, no intuito de que seja feita a gestão dos

---

<sup>2</sup> Um exemplo clássico de “recompensa” foi o Plano Marshall, no qual os Estados Unidos ajudaram economicamente países da Europa no pós Segunda-Guerra, como forma de consolidar a ideologia capitalista no continente. Já em termos de “punição”, pode-se citar as sanções impostas pelos Estados Unidos no governo Trump contra o Irã, num contexto em que o presidente não esconde o caráter coercitivo de tais medidas, ao afirmar que o regime iraniano: “pode mudar sua atitude ameaçadora e desestabilizadora, e poderá retornar para o seio da economia mundial, ou pode continuar na rota do isolamento econômico” (TRUMP, 2018a).



recursos econômicos em outros âmbitos cruciais, como o setor tecnológico e o militar, tendo sempre como finalidade garantir a primazia dos interesses nacionais.

**FIGURA 1: Instrumentos Geoeconômicos**

	Positivos	Negativos
<b>Comércio</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ceder acesso</li> <li>• Acordos de livre comércio</li> <li>• Aquisições do governo</li> <li>• Licenças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sanções — negar acesso</li> <li>• Embargo/boicote/quotas</li> <li>• Negar licenças</li> <li>• Subsídios</li> <li>• Resolução de disputas da Organização Mundial do Comércio</li> </ul>
<b>Finanças</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuições de instituição financeira internacional</li> <li>• Mercados de capitais abertos</li> <li>• Pacotes de resgate financeiro</li> <li>• Perdão de dívidas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Congelar ativos</li> <li>• Controles de capital</li> <li>• Manipulação cambial</li> <li>• Sanções financeiras — sanções secundárias</li> <li>• Vender títulos de dívida estrangeira</li> </ul>
<b>Assistência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência Oficial ao Desenvolvimento</li> <li>• Contribuições privadas</li> <li>• Programas de saúde pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajuda condicional</li> <li>• Ajuda vinculada</li> </ul>
<b>Políticas</b>	Regulamentação	

Fonte: TROXELL, 2018, p.28.

O uso “negativo” dos instrumentos geoeconômicos expostos na figura 1 revelam um cenário diferente da expectativa das concepções liberais<sup>3</sup>, uma vez que a riqueza tem sido fonte de conflitos e desentendimentos entre atores. Tais circunstâncias que envolvem uso coercitivo dessas ferramentas é trazida pela perspectiva nacionalista, que enxerga a disputa por recursos econômicos entre os Estados como “inerente à natureza do próprio sistema internacional” já que, no longo prazo, “os Estados buscam igualmente riqueza e poder” (GILPIN, 2002, p. 51).

A partir dessa lógica, os nacionalistas conseguem fazer um retrato mais preciso das disputas do século XXI, uma vez que a tendência é que as relações de poder

<sup>3</sup> De acordo com Gilpin (2002, p. 75): “Os liberais acreditam que os benefícios mútuos do comércio e a rede de interdependência em expansão, a qual liga as economias nacionais, tendem a promover um relacionamento cooperativo” no qual relações pacíficas seriam estabelecidas a medida que “enquanto a política tende a dividir, a economia une povos” (GILPIN, 2002, p 49).

também se mostrem em termos de comércio e finanças, no qual algumas economias possuem dominância em relação ao uso das ferramentas geoeconômicas:

Em um mundo de Estados que competem entre si, os nacionalistas dão mais importância aos ganhos relativos do que às vantagens recíprocas. Assim, as nações tentam continuamente mudar as regras ou regimes das relações econômicas internacionais para se beneficiar desproporcionalmente, em relação às outras potências econômicas [...] a verdade é que a interdependência econômica nunca é simétrica; de fato, ela constitui uma fonte de conflito e insegurança (GILPIN, 2002, p. 52).

Postas tais questões, torna-se claro como a busca pela riqueza é uma fonte primordial de conflitos, uma vez que os recursos econômicos são meios para alavancar o poder e a influência no Sistema Internacional. Assim, os instrumentos geoeconômicos são utilizados como forma de garantir os interesses nacionais, fator que torna o impacto das decisões de um Estado fonte desencadeadora de uma série de respostas em volta da integração econômica vigente.

Dentre os atores que englobam tal dinâmica, cabe destacar o protagonismo dos Estados Unidos, ao passo que o país não apenas tem feito uso recorrente dos meios “negativos” de instrumentos geoeconômicos durante a gestão do atual presidente Donald Trump, mas também diante de todo o contexto que envolve sua posição de maior economia e maior poder militar do mundo. Tendo em vista essa conjuntura, torna-se necessária uma análise acerca do modo como os EUA conseguiram criar as regras do jogo e continuam a moldar o sistema para seus próprios interesses.

## **1.2 O A nova ordem liberal intercapitalista e o protagonismo estadunidense**

Diante da concorrência do sistema atual, percebe-se que os Estados Unidos se destacam, não apenas pelo grande aparato militar, mas também por possuírem outras notáveis vantagens: são a maior economia do mundo, emitem a moeda do sistema, possuem a maior bolsa de valores e são referência diante de todos os arranjos que possibilitaram a ascensão do status de hegemonia legitimada durante o Sistema de Bretton Woods<sup>4</sup>. Nesse contexto, para melhor entender o debate atual

---

<sup>4</sup> Torres Filho e Martins (2018, p. 23) caracterizam o Sistema de Bretton Woods como: “Um tratado internacional por meio do qual os países ocidentais assumiam a obrigação de sustentar taxas de câmbio fixas para suas moedas frente ao dólar americano”, no qual, por outro lado, tornava-se obrigação dos Estados Unidos “garantirem a conversibilidade de sua moeda em uma quantidade predeterminada de ouro”. Ou seja, nesse sistema, o dólar se tornou conversível em relação ao ouro e as outras moedas tornam-se conversíveis em relação ao dólar. No que diz respeito as taxas de câmbio, essas ficavam fixas e não havia fluxo livre de capitais. Dessa forma, pode-se dizer que Bretton Woods

acerca do papel da potência americana na economia política internacional, torna-se necessário averiguar previamente as principais características que incorporam as disputas da era liberal e de que modo os EUA tem se enquadrado nesse cenário.

Inicialmente, a discussão sobre a possível capacidade de um ator em moldar o funcionamento do sistema foi abordada por Susan Strange, que introduziu ao ramo da Economia Política Internacional o termo “poder estrutural”. Para a autora, poder estrutural se refere ao “poder de escolher e moldar as estruturas da economia política global dentro da qual outros Estados, suas instituições políticas, suas empresas econômicas e seus profissionais operam” (STRANGE, 1987, p.565, tradução nossa). A partir desse termo, em 1988, a autora publica o artigo "*The Future of the American Empire*", trabalho no qual Strange ressalta, levando em conta o poder estrutural do Estado moderno no cenário dos anos 80, que os Estados Unidos ainda possuem um poder sem paralelos históricos, diante da criação de um império não territorial nunca visto antes (STRANGE, 1988).

Parte do pressuposto do “império” trazido por Strange envolve a capacidade do ator em moldar e determinar o sistema político sem recorrer necessariamente à força militar. Levando em conta o protagonismo dos Estados Unidos, percebe-se que toda a construção da ordem liberal que remodelou as relações políticas e econômicas entre os países foi encabeçada justamente pelos norte-americanos após o fim da II Guerra Mundial, num modelo sem o uso necessariamente de forças bélicas, criado e gerido para garantir as vantagens estadunidenses. A partir desse acontecimento, os EUA já começavam a incentivar políticas de livre comércio como forma de garantir a vitória ideológica do capitalismo na Guerra Fria. Na época, a criação de instituições como Bretton Woods e o Fundo Monetário Financeiro Internacional (FMI) fez com que os EUA chegassem a ser a potência hegemônica com legitimidade para coordenar os Estados capitalistas:

Os Estados Unidos construíram um “estilo especial de liderança”, visando o estabelecimento de uma dominação de caráter “benigno”. Este caráter era reforçado pela opção da autorrestrição estratégica. O internacionalismo multilateral, sustentado na lógica da cooperação institucionalizada em organizações internacionais governamentais (OIGs), ganhou precedência, baseado em uma retórica positiva de democracia e liberdade. Isto não significaria que se abria mão do poder militar, mas sim que o mesmo seria

---

contava com uma moeda lastreada, sendo um sistema que buscava no dólar certa estabilidade e previsibilidade.

associado a outros mecanismos de dominação, tornando a relação dominante/ dominado mais complexa (PECEQUILO, 2012, p. 5).

Dentre esses mecanismos, pode-se citar o incentivo ao cosmopolitismo liberal baseado numa economia de mercado e num sistema multilateral de regras e instituições internacionais. Iniciativas como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que posteriormente culminou no surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), surgiram encabeçados pelos norte-americanos como forma de estabelecer os pilares que conduziriam o livre-comércio internacional. Essa nova dinâmica das Organizações Internacionais culminava com a abordagem otimista de Rosecrance (1986), que defendia que o bem-estar dos Estados estaria atrelado a suas estratégias econômicas e de livre-comércio, que seriam mais propensas a trazer a paz ao Sistema Internacional. Sob o mesmo viés ideológico liberal, Francis Fukuyama também abordou em 1989 sua teoria sobre “o fim da história” e a vitória do Ocidente. De acordo com o autor, a democracia liberal e o sistema de livre-comércio, sob a liderança dos Estados Unidos, seriam suficientes para a redução dos conflitos internacionais, uma vez que tais divergências conseguiriam ser resolvidas em instâncias como o GATT:

Porém, no estado homogêneo universal, todas as contradições anteriores são resolvidas e todas as necessidades humanas são satisfeitas. Não há luta ou conflito sobre “grandes questões” e, conseqüentemente, não há necessidade de generais ou estadistas; o que resta é majoritariamente a atividade econômica (FUKUYAMA, 1989, p. 3, tradução nossa).

Mesmo sendo verdade a prevalência das atividades econômicas, os crescentes conflitos geoeconômicos e as desigualdades pertinentes entre as nações do norte-sul revelam que as previsões de Fukuyama e Rosecrance foram refutadas por uma série de eventos e conflitos atuais. Para Wright (2013), dois fatores foram culminantes para que os Estados não chegassem na estabilidade e paz prevista por muitos liberais. Primeiramente, o aumento da interdependência econômica tornou o sistema mais frágil e suscetível a crises, a exemplo da crise do subprime em 2008. Em segundo lugar, mesmo em um mundo interdependente, o nacionalismo está em ascensão e os países estão cada vez mais engajados em uma competição geopolítica entre si. Nesse contexto, o autor ressalta a tendência de que “as esferas de independência se tornem cada vez mais imperfeitas e porosas, provavelmente marcarão o primeiro passo de uma estratégia para preservar a autonomia do estado diante de maior volatilidade e incerteza.” (WRIGHT, 2013, p. 8, tradução nossa).

A previsão de Wright também fora corroborada pelo pensamento de Lester Thurow (1992), que previu a ascensão das “guerras econômicas” como um fenômeno circunstancial após o fim da União Soviética. Para o autor, a competição atual não implicaria mais em aniquilar o inimigo, mas sim em concorrer e se associar a tais como uma estratégia adaptada à crescente interdependência entre as economias. Nesse contexto, o cenário de correlação entre os Estados também desencadeia o surgimento de novos centros de poder, que mesmo com uma lacuna em termos de capacidades militares, vem se utilizando da possibilidade de fazerem uso de outros meios de ascensão ao seu favor, o que tem sido visto comumente como uma ameaça para o status quo vigente:

Os poderes em ascensão, em particular, são fontes potenciais de instabilidade, porque a autodefinição de seus interesses se expandirá junto com suas capacidades crescentes (e expectativas de poder ainda maior por vir); os realistas clássicos também esperam que eles busquem não apenas segurança, mas também status, prestígio e até deferência dos outros. Em um mundo em que o poder é relativo [...] esse passo prolongado não pode deixar de invadir nos dedos dos outros. Mas esses outros, infelizmente, podem vê-lo de maneira diferente [...] não podendo deixar de serem cautelosos com um poder crescente, simplesmente porque esse representa, no mínimo, a possibilidade de uma ameaça (KIRSHNER, 2010, p. 58, tradução nossa).

A percepção dessa ameaça está atrelada ao fato de que o poder econômico se tornou a alternativa mais atraente para as potências emergentes<sup>5</sup>, uma vez que governo norte-americano é responsável por 36% dos gastos militares do mundo<sup>6</sup>, valor que equivale à soma dos outros oito países anteriores no ranking. Ainda em 1981, Gilpin já previa que as mudanças no poder relativo diante do fator econômico poderiam ser capazes de mudar as configurações das disputas do SI. Para o autor: "a mudança econômica redistribui o poder relativo ao longo do tempo, criando uma tendência natural a surgir divergências entre poder e privilégio na política mundial, o que incentiva os estados emergentes a desafiar o status quo" (GILPIN, 1981, p. 93, tradução nossa). Nesse contexto, a economia política internacional passa a analisar as assimetrias nas capacidades econômicas entre os Estados, considerando o modo como essa distribuição desigual de poder influencia na atuação dos países na disputa intercapitalista. Assim, constata-se que no pós-Guerra Fria, os Estados continuam a

---

<sup>5</sup> Pela abordagem de Joordan (2003), as potências emergentes são países em ascensão no Sistema Internacional que conseguiram assumir suas posições internacionalistas no pós-Guerra Fria e agregam uma proposta de caráter revisionista e reformista ao status quo vigente.

<sup>6</sup> Informação disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/os-15-paises-que-mais-investem-em-defesa-no-mundo/#ancora-1>>. Acesso em: 27 nov 2019.

deter capacidades de coerção diferentes, característica de um Sistema Internacional ainda interdependente, hierárquico, assimétrico e com disputas inerentes ao campo econômico, contando com a atuação dos Estados Unidos que ainda hoje possuem um papel de destaque nessa rede.

### **1.3 O poder econômico dos Estados Unidos durante o governo Trump: Privilegiados ou desfavorecidos?**

A 58ª eleição presidencial norte-americana, realizada no ano de 2016, elegeu o empresário Donald Trump como o presidente dos Estados Unidos da América. Seguindo com a proposta de campanha baseada no “Make America Great Again”, Trump tem pautado seu governo em uma agenda política conservadora e nacionalista, reforçando ainda mais uma identidade cultural polarizada que define um “nós” em relação ao “eles”. Hoje em dia, já não se faz mais sentido analisar os EUA como aqueles que mantêm sua hegemonia aos moldes de Arrighi (1995), ou seja, por consenso e em busca de um interesse comum, uma vez que o país passou por um processo de desmonte na política econômica externa, na qual as táticas do governo atual se debruçam num jogo de soma-zero com um único objetivo: que a “América vença” e o que os Estados Unidos possam usar seu poder em favor do próprio país.

Dentre os principais efeitos da gestão de Trump está a mudança na agenda política dos Estados Unidos diante do livre comércio, a partir do uso de estratégias protecionistas que buscam garantir o primeiro lugar do país na disputa pelo capital em escala mundial. Assim, a atual política econômica norte-americana, além assumir estratégias que remetem aos ideais mercantilistas na defesa de um balanço comercial favorável, também se posiciona de forma contrária aos mecanismos liberais de regulamentação a nível internacional. Pelo discurso do presidente, algumas instâncias da disputa econômica atual acabam por prejudicar as empresas e os consumidores norte-americanos na busca por capital e riqueza.

Uma vez que o foco do nacionalismo econômico defendido pelo governo Trump é a atuação estatal, na conjuntura do sistema capitalista do século XXI, caracterizado pela dinamicidade das multinacionais e a alta volatilidade das cadeias globais, é exposta a tensão nos Estados Unidos entre a dinâmica das empresas em busca por lucros, e os interesses do Estado como ator incapaz de conter a expansão desse capital transnacional:

As empresas multinacionais norte-americanas, apesar de apropriarem-se de parte da renda dos países onde se instalam, não têm proporcionado aumento equivalente na renda dos residentes dos Estados Unidos e nem do seu governo. Ao contrário, ao menor sinal de instabilidade econômico-financeira na matriz ou na economia nacional, esses capitais fogem para mercados estrangeiros e servem apenas para acentuar a crise (MORAIS, 2003, p. 204).

Desse modo, constata-se que a ascensão das multinacionais expõe um jogo social cada vez mais complexo e com múltiplos interesses, no qual se evidencia um novo conflito advindo entre a transnacionalização do capital e a forma do Estado. Posta as condições desse cenário, na visão de Gilpin (2002), as multinacionais intensificariam esse enfraquecimento estatal por aumentar a concorrência e o poder de outros países, diante do caráter transnacional do capital. Nessas circunstâncias, os Estados Unidos, propulsores da livre-iniciativa, tem sentido na economia os efeitos das fragilidades desse descolamento entre a expansão do lucro empresarial e estatal.

Esse é um dos pontos que mais tem sido reforçados pela gestão atual do presidente norte-americano Donald Trump, que tem se utilizado de medidas protecionistas como modo de expressar a tentativa de reaquecer a economia norte-americana. Uma das dificuldades de manobra enfatizadas pelo presidente se refere às recorrentes críticas em relação ao Banco Central estadunidense, o Federal Reserve (FED), e sua política de taxas de juros. Para Trump, é necessário tornar essas taxas mais baixas e atraentes, para que os EUA possam competir com mais vantagens em relação a outros países com políticas mais flexíveis:

Lembrem-se de que estamos competindo ativamente com países que cortam abertamente as taxas de juros, de forma que muitos agora estão sendo realmente pagos quando quitam seus empréstimos, o que é conhecido como juros negativos. Quem já ouviu falar disso? Dê-me um pouco disso. Dê-me um pouco desse dinheiro. Quero um pouco desse dinheiro. Nosso Federal Reserve não nos deixa fazer isso (TRUMP, 2019a).

Desse modo, no jogo de soma zero que Trump visualiza na dinâmica do comércio internacional, os Estados Unidos, como maior economia do mundo e emissores da moeda do sistema, estão em desvantagem por também não conseguirem manipular o dólar ao seu favor. Em sua conta oficial do *twitter*, o presidente reafirmou a necessidade do FED em impor medidas para que outros países não continuem tirando vantagem em relação à moeda americana<sup>7</sup>. Essa é uma

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://twitter.com/realdonaldtrump/status/1167435723823341568?lang=en>>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

das maiores preocupações do governo em relação à desvalorização da moeda de países como a China, Brasil e Argentina. Os dois últimos Estados estão sendo alvo de retaliações por parte de Trump, que chegou a afirmar que ambos Estados estão prejudicando as companhias de aço e os fazendeiros americanos, o que levou o presidente a instaurar uma série de tarifas<sup>8</sup>:

Se você olhar o que aconteceu com o câmbio deles, eles desvalorizaram o seu câmbio de modo substancial, em 10%. A Argentina também. Eu havia dado a eles um grande alívio tarifário, mas agora eu estou retirando isso. É muito injusto com a nossa indústria, é muito injusto com nossos fazendeiros. Nossas companhias de aço vão ficar muito felizes, nossos fazendeiros vão ficar muito felizes com o que eu fiz (TRUMP, 2019b).

Além disso, as severas críticas do governo à Organização Mundial do Comércio (OMC) refletem o descontentamento de Trump em relação aos mecanismos que geram o comércio internacional. A visão do presidente é de que a ordem liberal do comércio vigente, encabeçada num primeiro momento pelos Estados Unidos, estão desencadeando um processo de globalização e de acordos comerciais que não estão sendo favoráveis aos norte-americanos. Diante das questões postas, Trump entende que o comércio internacional está sendo injusto porque os parceiros dos EUA estão adotando práticas protecionistas e “desleais”, que devem ser reivindicadas com estratégias voltadas para garantir os objetivos nacionais do seu país:

O que parece estar no fim é a era em que os Estados Unidos foram os defensores do comércio global como forma de imunização contra futuros conflitos. Administradores americanos criaram regras para a mediação de disputas, possibilitando que os países negociassem entre si sem tanto medo de intervenções políticas. Ao ceder esse papel, Trump enfraqueceu o sistema comercial [...] (GOODMAN, 2019, s/p).

O recuo do atual governo norte-americano em relação às práticas multilaterais e a busca do país em aglutinar seus próprios interesses do ponto de vista econômico é uma variável pertinente diante de um cenário no qual os EUA podem tender a perder sua capacidade de construir e regular os pilares que conduzirão o comércio internacional. No entanto, as raízes do poder americano são profundas e conseguem ser vistas em toda formação dos aparatos institucionais pós Bretton Woods. A intenção de favorecer ao bem coletivo e resolver problemas compartilhados possibilitou a instauração de um sistema no qual os estadunidenses ainda possuem

---

<sup>8</sup> Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/trump-diz-que-vai-retomar-tarifas-de-aco-e-aluminio-do-brasil-e-da-argentina.shtml>>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.



uma posição de destaque devido ao seu papel de potência que foi inicialmente a promotora da ordem liberal vigente. Segundo Beenson (2004), a hegemonia institucionalizada dos Estados Unidos ofereceu incentivos e benefícios a longo prazo, trazendo recompensas atrativas para o funcionamento do sistema:

A hegemonia pode, como argumenta Robert Cox, em última análise, garantir a dominação de um estado em particular, mas pode fazê-lo porque cria uma ordem baseada ideologicamente em uma ampla medida de consentimento, funcionando de acordo com princípios gerais que de fato asseguram a supremacia contínua dos estados ou estados principais e classes sociais líderes, mas ao mesmo tempo oferecem alguma medida ou perspectiva de satisfação aos menos poderosos (BEENSON, 2004, p. 5-6, tradução nossa).

Mesmo em circunstâncias diferentes, no qual a preocupação de Trump seja voltada totalmente aos interesses nacionais independente do dano a outros países e parceiros, os arranjos pós Bretton Woods perduram e não há como negligenciar o papel solar estadunidense dentro do sistema. A atuação norte-americana que conta com o privilégio de emissão da moeda do sistema, artefatos bélicos inigualáveis e o status de maior economia, tornam os efeitos das ações estadunidenses sobre o resto do mundo uma medida de peso sem igual. Tal fator faz com que a atual ordem geoeconômica tenha o país como detentor do poder estrutural e das ferramentas que possibilitam a modelagem do SI. O governo Trump, mesmo negando as vantagens estadunidenses, ainda estão em uso dos privilégios intrínsecos que o país conquistou ao longo da história. Sendo assim, cabe entender melhor os arranjos do comércio internacional observando de que forma a posição dos Estados Unidos foram circunstanciais para o desencadeamento de alguns confrontos geoeconômicos que estão em cena atualmente.

## **2. A centralidade estadunidense no comércio internacional e os dilemas das relações sino-americanas**

No pós Segunda Guerra Mundial, os EUA passaram a usar o livre-comércio como ferramenta para fortalecer e reaquecer a economia mundial. Para Dryden (1995, p.6), “pregar o evangelho do livre-comércio em todo o mundo tornou-se o objetivo primordial da política econômica internacional dos Estados Unidos”. Desse modo, percebe-se que a difusão do modelo norte-americano foi caracterizada por um elevado crescimento econômico baseado na produção fordista e no estímulo ao consumo, circunstâncias que levaram a Hobsbawm (1995) a chamar esse período de “era de ouro do capitalismo”. Os EUA passaram então a adotar uma estratégia de internacionalização, assim como afirma Vigevani, Mendonça e Lima (2018, p. 36):

Os acordos de Bretton Woods, de julho de 1944, previram a necessidade do aumento da cooperação entre os países capitalistas na economia mundial, visando à ampliação do comércio internacional e também à criação dos instrumentos institucionais para um modelo de desenvolvimento que evitasse os erros da desordem econômica, do protecionismo, da não conversibilidade e do comércio administrado, entre outros.

Para Mendonça (2013, p. 8), o design institucional que modelou os termos tanto do comércio internacional como de suas instituições (em especial a Organização Mundial do Comércio e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio), auxiliaram na construção do projeto de poder econômico dos Estados Unidos e na manutenção do seu status de privilégio. Desse modo, estando de acordo com as regras do multilateralismo, os governantes estadunidenses, a partir da Segunda Guerra, moldaram sua gestão em busca da manutenção da liderança econômica estadunidense no novo contexto de integração mundial. Claramente, adaptações foram necessárias ao longo do tempo, não apenas por serem líderes diferentes, alternando entre republicanos e democratas, mas também pelo cenário externo, no qual a globalização, a financeirização da economia e outros acontecimentos marcantes como os atentados do 11 de setembro e a crise de 2008, nortearam as distintas estratégias políticas norte-americanas ao longo dos anos.

É preciso lembrar que antes de serem promotores desse comércio multilateral, os Estados Unidos antes da Segunda Guerra Mundial, tiveram um longo histórico de políticas isolacionistas em relação ao resto do mundo, como o Ato da Tarifa Smoot-Hawley implementada em 1930, que provocou uma série de problemas para outros países e agravou ainda mais a crise mundial de 1929 (WILLIAMS, 2019). Cinquenta

anos depois, já com a implementação dos trâmites institucionais do comércio mundial, o governo de Ronald Reagan também se aproximou do protecionismo com suas altas tarifas direcionadas principalmente contra o Japão e a Alemanha na década de 1980, países que se tornaram fortes concorrentes ao ascenderem economicamente sob o modelo idealizado pelos norte-americanos.

Diante dessas circunstâncias, o discurso nacionalista de Donald Trump, eleito em 2016, já não era novidade para os eleitores. Contudo, mesmo em governos como o de Reagan, os Estados Unidos mantiveram o seu histórico de comprometimento com os termos que regem as relações multilaterais do comércio. A novidade que Trump representa se refere à agressiva inflexibilidade refletida em medidas extremamente protecionistas, com uma visão do balanço de comércio favorável como uma meta primordial para a garantia da segurança nacional e a visão do livre comércio como injusto. Desse modo, com a crise do sub prime e a ascensão do poder econômico da China, Trump tem conseguido justificar o uso coercitivo dos instrumentos geoeconômicos de modo a garantir parte do apoio da população ao reforçar a premissa de que os Estados Unidos são “a nação escolhida” e de que a América deve estar sempre em primeiro lugar:

Quando estou trabalhando em um contrato de negócios, faço o melhor acordo. Mas deveríamos alterar o ambiente de negócios de modo que os fabricantes conseguissem o melhor acordo exatamente aqui, nos EUA [...] Precisamos de uma legislação que dê às empresas americanas isenções fiscais e suporte financeiros para criar mais tecnologia e redirecionar mais de sua produção para o ambiente doméstico [...] Somos o time da casa e devemos ter prioridade [...] Tudo que se precisa é do comprometimento em vencer e tornar a etiqueta “Fabricado nos EUA” um distintivo de honra, como costumava ser (TRUMP, 2016, p. 95-6).

Nessas condições, torna-se necessário entender primeiramente de que forma os Estados Unidos atuaram como protagonistas no processo de institucionalização do comércio internacional, buscando entender como tal dinâmica afeta ainda hoje a atuação estadunidense em termos comerciais. Posteriormente, cabe entender o modo como os dois governos anteriores a Trump, o de George Bush e Barack Obama, conseguiram utilizar dos mecanismos multilaterais e das ferramentas geoeconômicas em busca da garantia da liderança dos Estados Unidos na disputa pela riqueza. É preciso analisar ambas gestões separadamente, de acordo com o contexto em que estão inseridos, tentando entender de que forma os dois presidentes lidaram com a questão da ameaça chinesa diante também de outras preocupações circunstanciais

de suas gestões. A partir de então, será possível ter um comparativo acerca das principais discrepâncias das medidas do governo Trump e de que modo sua gestão representa uma ameaça aos pilares que regem o comércio internacional e aos demais moldes que regulam o sistema de multilateralismo.

## **2.1 O papel estadunidense no processo de institucionalização do comércio internacional: O caso da GATT/OMC**

Para conseguir fixar os pilares condutores da política comercial, os Estados Unidos investiram no modelo institucional para maximizar as relações econômicas entre os países nos pós Segunda Guerra. Como ressaltado por Vigevani, Mendonça e Lima (2018), essas instituições são tidas como elementos-chave dos processos políticos ao passo que espelham uma relação de poder e ao mesmo tempo direcionam ações e limitações de alternativas dos atores, já que esses podem muitas vezes visar exclusivamente a garantia dos seus próprios interesses dentro do sistema. Nesse sentido, mesmo não havendo a anulação total de conflitos, as instituições instigam a cooperação e trazem instrumentos que auxiliam os Estados a alcançar seus objetivos.

Esse processo de institucionalização na época proporcionou a criação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e a tentativa da Organização Internacional do Comércio (OIC). Entretanto, essa última proposta foi rejeitada pelos Estados Unidos em 1950. Naquele momento, o país alegou que a OIC poderia gerar temor por parte de alguns conservadores e empresas, sob pretexto de que a organização violaria a soberania nacional e iria impor regulamentações em excesso (STIGLITZ, 2007). Mesmo assim, ao articular seu papel central na construção de regimes, os Estados Unidos criam em 1947 o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), contando com a participação de 23 Estados fundadores<sup>9</sup>. Para Mendonça (2013, p. 108), o surgimento do GATT representou a soma de algumas condições: I) a necessidade dos Estados Unidos de escoar sua produção; II) o papel de líder estadunidense para a manutenção de alianças; III) a força do dólar e seu papel como

---

<sup>9</sup> Os países fundadores do GATT, além dos Estados Unidos, foram África do Sul, Austrália, Bélgica, Birmânia, Brasil, Canadá, Ceilão, Chile, China, Cuba, Checoslováquia, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Líbano, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Reino Unido, Rodésia do Sul e Síria. De acordo com Cruz (2005), de início, uma das críticas do GATT era de manter relações comerciais entre países desenvolvidos, fator que gerou o surgimento da expressão da organização como um "rich men club".

reserva de valor; IV) o poder de pressão que os norte-americanos tinham para coagir outros países que não aderissem ao modelo vigente.

De modo geral, o principal objetivo do GATT era reduzir as tarifas de bens manufaturados e estabelecer os moldes do regime de comércio mundial. No acordo, existem centenas de exceções e dois princípios que modelam o sistema: a cláusula da nação mais favorecida e o princípio do tratamento nacional:

O sistema do GATT foi montado sobre o princípio da não-discriminação: os países não discriminariam outros membros do GATT. Isso significava que cada país trataria todos os outros da mesma maneira – todos seriam os mais favorecidos, daí o nome: o princípio da nação mais favorecida, a base do sistema multilateral. Em paralelo, havia o princípio do tratamento nacional: os produtores estrangeiros seriam tratados da mesma maneira e estariam sujeitos às mesmas regulamentações dos produtores internos (STIGLITZ, 2007, p.156).

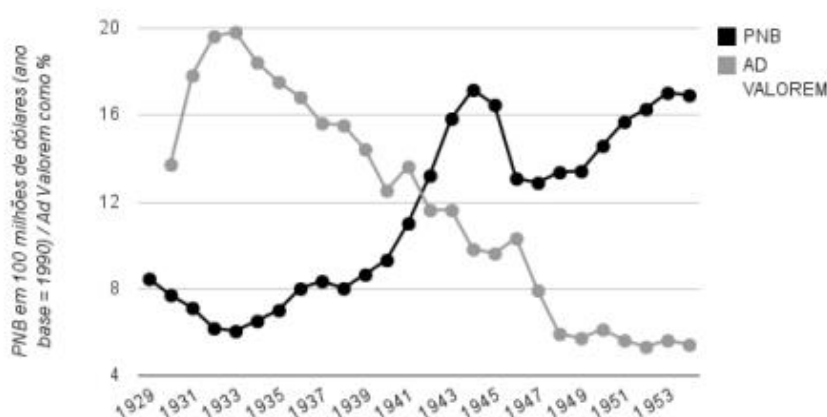
Toda a dinâmica do GATT só faz sentido ao ser levada em conta as preferências dos Estados Unidos na construção das regras e normas desse regime comercial. A idealização do acordo surgiu diante da necessidade do governo norte-americano em obter apoio doméstico pela demanda do mercado nacional em abrir seu comércio para o mercado estrangeiro. Para tal, não seria suficiente uma instância de incentivo apenas nacional, tornando-se necessário um novo ator internacional capaz de manter a ordem nos mercados comerciais e certificar a participação estadunidense no processo de liberalização econômica. Um exemplo da influência norte-americana no regime é trazido por Goldstein (2018) em relação à redução de barreiras em produtos manufaturados. Diante da vantagem comparativa dos Estados Unidos na agricultura, houve a omissão da liberalização do comércio de produtos agrícolas nas negociações iniciais. Sendo assim, a exclusão desse setor favorecia o país, que conseguiu um conjunto de exceções para o comércio agrícola: restrições quantitativas foram permitidas pelo Artigo XI, certos subsídios agrícolas foram excluídos da proibição geral do Artigo XVI e subsídios à exportação de produtos agrícolas foram tolerados pelo Artigo XVI. Assim, em suma:

Em sua criação, o GATT era uma organização internacional que não poderia ser mais adequada ao sistema político americano. O GATT era multilateral, mas os Estados Unidos exerceram o controle por seu direito de vetar qualquer decisão das partes contratantes. A regra da votação por consenso, que garante explicitamente um voto igual a todas as partes, também garantiu aos Estados Unidos que nenhuma decisão poderia ser tomada que fosse indesejável "para a casa" [...] O GATT estava cheio de brechas e salvaguardas políticas. Não apenas os Estados Unidos poderiam escapar de suas obrigações, se necessário, mas também não havia medo de que as

obrigações fossem expandidas para futuros membros (GOLDSTEIN, 2018, p. 260, tradução nossa).

O GATT permaneceu em vigência até 1995, quando deu lugar à Organização Mundial do Comércio. Por meio da análise do figura 2, percebe-se que as circunstâncias foram propícias para um cenário de crescimento econômico do país e também de diminuição das tarifas protecionistas da Smoot-Hawley de 1933:

**Figura 2: Correlação entre Tarifas Comerciais e o Crescimento Econômico nos Estados Unidos (1929-1953)**



MENDONÇA, 2013, p. 106

Diante do seu papel de líder, tornou-se perceptível o modo como os Estados Unidos conseguiram bons avanços em termos de economia durante os primeiros anos de vigência do acordo. Já em relação aos outros países, o acordo conseguiu alcançar seus principais objetivos de diminuição de tarifas e fomentação do comércio internacional. Desse modo, o próprio sucesso selou a substituição do GATT pela Organização Mundial do Comércio (OMC) diante da necessidade de algumas alterações no regime que agora contava com 123 países membros e demandava pela ampliação das regras para outras áreas do comércio internacional. A partir da análise da tabela 1, torna-se mais claro as principais diferenças entre os dois regimes:

**TABELA 1: Principais diferenças entre o GATT e a OMC**

GATT	OMC
Acordo provisório, sem personalidade jurídica	Organização permanente, com personalidade jurídica e forte poder sancionatório
Partes contratantes	Membros
Órgão de Solução de Controvérsias pouco eficaz	Órgão de Solução de Controvérsias mais efetivo e menos sujeito a bloqueios
Normas se restringiam ao comércio de mercadorias	Abarca não somente o comércio de mercadorias, mas também o de serviços e o de direitos de propriedade intelectual, e medidas comerciais relacionadas com investimentos
Abrangia acordos plurilaterais	Acordos são praticamente todos multilaterais, assinados integralmente por todos os membros

Fonte: BARRAL, 2007, p. 36.

As principais mudanças trazidas pela OMC se referem à redução tarifária para setores como o agrícola e têxtil, além da preocupação de aderir as áreas de serviços e investimentos. Mesmo o GATT se alinhando mais diretamente com os interesses estadunidenses, existia o interesse do país na criação da nova organização diante da necessidade norte-americana de procedimentos mais rigorosos para solução de controvérsias. Desse modo, os Estados Unidos buscavam por meio da consolidação do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). medidas que pudessem cobrir suas reivindicações de que outros Estados poderiam estar "trapaceando" na disputa do comércio internacional (GOLDSTEIN, 2018). Desde sua implementação, o país tem tido uma centralidade no uso dos mecanismos da OSC, perante a análise dos múltiplos casos em que esteve envolvido. De acordo com Mendonça (2013, p.235), de 434 disputas da OSC, os EUA estiveram envolvidos em 314, número que chega a computar 72% dos casos, tendo participado na posição de denunciante, acusado e terceiro, assim como demonstrado na Tabela 2:

**TABELA 2: Tipo de participação dos Estados Unidos no OSC, denunciante, acusado ou terceiro (1995-2012)**

<b>Ano</b>	<b>EUA denunciante</b>	<b>EUA acusados</b>	<b>Terceiro</b>	<b>Total</b>
1995	5	4	5	14
1996	16	8	7	31
1997	17	10	10	37
1998	10	6	7	23
1999	9	11	2	22
2000	8	11	6	25
2001	1	6	5	12
2002	3	19	7	29
2003	3	6	9	18
2004	4	7	3	14
2005	1	2	3	6
2006	3	6	7	16
2007	4	3	3	10
2008	3	6	3	12
2009	2	3	7	12
2010	4	2	6	12
2011	1	3	4	8
2012	4	6	3	13
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>119</b>	<b>97</b>	<b>314</b>

Fonte: Mendonça, 2013, p. 236.

Percebe-se desse modo que autonomia da OMC, teoricamente, não consegue mais impor da mesma forma que o GATT a centralidade dos interesses norte-americanos. No entanto, ao terem tido protagonismo em grande parte das formulações dos regimes de comércio, não se pode negar o fato de que mesmo quando os EUA perdem, eles estão em vantagem, já que os princípios utilizados para retaliar sua derrota foram criados por eles mesmos desde o começo (MENDONÇA, 2013).

Mesmo assim, a instauração da OMC ainda hoje traz descontentamento por parte de alguns grupos que acreditam que novo sistema esteja sendo prejudicial para os Estados Unidos. No GATT, existia a demanda de consenso nas votações, medida



que não se aplica mais atualmente. Essa circunstância torna mais difícil o veto dos norte-americanos diante de ações que não sejam do seu interesse, refletindo o aspecto de que a OMC não necessariamente reflete as vontades dos países mais poderosos. Ademais, a Rodada Uruguai trouxe à tona a pauta da clivagem norte-sul e as demandas dos países em desenvolvimento. Até hoje, a expressão é pouco rigorosa e não traz critérios rígidos de enquadramento já que países como China e Costa Rica se encontram no mesmo patamar de acordo com a organização.

Mesmo com todo esse caminho tendo sido traçado pela liderança dos Estados Unidos, o presidente Donald Trump parece se apoiar a prerrogativa de que a OMC é injusta com o país. Segundo o presidente, o fato da China (segundo maior economia do mundo) ser considerada um país em desenvolvimento traz uma vantagem sem precedentes para o governo chinês, uma vez que, de acordo com as regras da organização, esses Estados recebem benefícios e vantagens diferentes da dos países desenvolvidos<sup>10</sup>. Nesse contexto, a OMC teve um papel chave para a culminância do papel da China como potência econômica a nível mundial, já que foi após a entrada do país na organização em 2001 que se notou um elevado crescimento chinês diante de suas altas taxas de exportações, grande capacidade produtiva e forte política industrial, científica e tecnológica, protagonismo que tem gerado fortes tensões no sistema:

Em termos gerais, a ideia de cooperação estruturada desenvolvida em Bretton Woods funcionou extraordinariamente bem. Mas novos desafios emergiram. Talvez o mais importante seja o declínio do domínio ocidental, acima de tudo americano, e a ascensão da China à condição de superpotência. De acordo com alguns indicadores, a China já tem a maior economia do planeta. Igualmente significativa vem sendo a ascensão do nacionalismo e do protecionismo, e a conseqüente ameaça de fragmentação não só mundial, mas dentro do Ocidente. A ideia de "América acima de tudo" proposta por Trump e a crença passional dele no protecionismo representam um repúdio fundamental ao espírito que anima e à estrutura institucional que embasa a ordem criada pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. (WOLF, 2019, s/p).

Para além das críticas contra a China, em dezembro de 2019 Trump paralisou o órgão de apelação da OMC, um dos mais importantes mecanismos da organização. O governo estadunidense se contrapõe ao funcionamento atual da OMC sob pretexto

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/trump-diz-que-a-omc-e-injusta-com-os-eua.ghtml>. Acesso em 24 de janeiro de 2020. Acesso em 09 fev 2020.

de que essa tem praticado ativismo judicial e excede suas funções<sup>11</sup>. Ao usar seu poder decorrente do seu status de maior economia do mundo, o presidente norte-americano tem representado uma grande ameaça ao sistema que regula o livre comércio. Mesmo cada Estado tendo seus próprios interesses, as instituições servem como modo de balancear os poderes e atuar para que as vontades de uma nação não se sobreponham sobre o resto do mundo, assim como parece ser o modelo do “America First” de Trump. Desse modo, contrariando a história dos Estados Unidos diante do institucionalismo que rege a rede de comércio, o governo atual tem tido medidas totalmente diferentes tanto dos EUA em Bretton Woods como os EUA do governo Bush e Obama. Sendo assim, torna-se necessário analisar de que forma ambos presidentes antecessores de Trump usaram dos instrumentos geoeconômicos a seu favor, dando especial destaque para a forma como esses escolheram enfrentar a concorrência chinesa.

## **2.2 O mandato de George W. Bush (2001-2007): A guerra contra o terrorismo e a entrada da China na OMC**

George W. Bush foi o 43º presidente dos Estados Unidos da América. Seu governo representou o afastamento dos EUA de políticas multilaterais, diante de uma ruptura na política externa do país: os atentados de 11 de setembro. Para Pecequillo (2012), a administração de Bush filho teve três fases: de janeiro a setembro de 2001, logo no início da sua gestão marcada pela ofensiva neoconservadora e baixa popularidade na qual “temas econômicos relativos à OMC, projetos de integração regional foram colocados em segundo plano” (PECEQUILO, 2005, p. 367); de setembro de 2001 a dezembro de 2004, retratada com um forte nacionalismo e as políticas de combate ao terrorismo caracterizadas por ações preventivas; e de janeiro de 2005 até o fim do seu mandato, que contou com o multilateralismo assertivo, a diplomacia transformacional e a aproximação com potências regionais como seus três pilares básicos (PECEQUILO, 2012, p. 24).

Após setembro de 2001, diversas medidas foram tomadas para combater o novo “inimigo” da nação, a exemplo da Doutrina Bush, que contém uma série de ações preventivas por parte do governo americano direcionadas majoritariamente aos

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/governo-trump-paralisa-orgao-que-define-conflitos-comerciais-na-omc.shtml>>. Acesso em 24 de janeiro de 2020>.

países que compunham o “Eixo do mal”, sendo formado pelo Irã, Coreia do Norte e Iraque:

Embora não tenham afetado o equilíbrio de poder mundial naquele momento, os atentados geraram efeitos internos e externos, que provocaram essas mudanças no médio prazo. Internamente, os mesmos liberaram as forças neoconservadoras, favoreceram a construção de um novo inimigo, o terrorismo fundamentalista islâmico de caráter transnacional [...] e a implementação de regras de censura e restrição de liberdades civis pelo Estado (PECEQUILO, 2012, p. 20-1).

Pela primeira vez após a derrocada da União Soviética, foi instaurada a noção de que havia um novo adversário a ser combatido. Contudo, o caráter transnacional do terrorismo e o fato de não haver a associação com um Estado específico, dificulta a centralização das medidas de afrontamento contra o inimigo. Mesmo assim, Bush além de aumentar significativamente o orçamento militar do país e reforçar as medidas de segurança, também fez uso de ferramentas geoeconômicas como reflexo da caça aos terroristas da Al-Qaeda. De acordo com Torres Filho (2019), houve a imposição por parte do governo para que as instituições financeiras e governos estrangeiros também se alinhassem na luta contra o terrorismo, uma vez que o país possui o privilégio de ter operações financeiras mundiais sendo realizadas com base na sua própria moeda.

Nesse contexto, Pinto (2011) constata que os atentados de 2001 não foram capazes de mudar a unipolaridade dos Estados Unidos. Entretanto, na época, o país já começava a dar sinais de diminuição do seu poder relativo diante do aumento do poder de outros países. Tendo em vista o cenário atual, o Estado que mais confronta o poder estadunidense diante do seu crescente poder econômico e político é a China, tida hoje por Trump como o novo inimigo dos Estados Unidos. A preocupação com o terrorismo ainda é forte na agenda política do governo atual, mas, percebe-se que o presidente tem buscado também construir a imagem da China como uma nova grande ameaça que afeta diretamente a segurança do país<sup>12</sup>.

Sendo assim, em termos comparativos, o governo Bush e Trump destoaram diante da agenda política voltada para a China. Percebe-se que Bush não enxergava

---

<sup>12</sup> Em sua conta oficial do twitter, Trump fez reclamações ao Federal Reserve diante da inflexibilidade da política monetária e chegou a questionar qual seria o maior inimigo dos Estados Unidos: O FED ou a China. Disponível em: [https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1164914610836783104?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwtter](https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1164914610836783104?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwtter).

o governo chinês como uma ameaça aos Estados Unidos ou para a segurança nacional do país. De acordo com Henry Kissinger (2012), o governo Bush conseguiu melhorar as relações com a China durante o seu governo, uma vez que eram vistas como otimistas as perspectivas da abertura do comércio chinês para o resto do mundo diante do cenário de alto crescimento das relações econômicas entre ambos países:

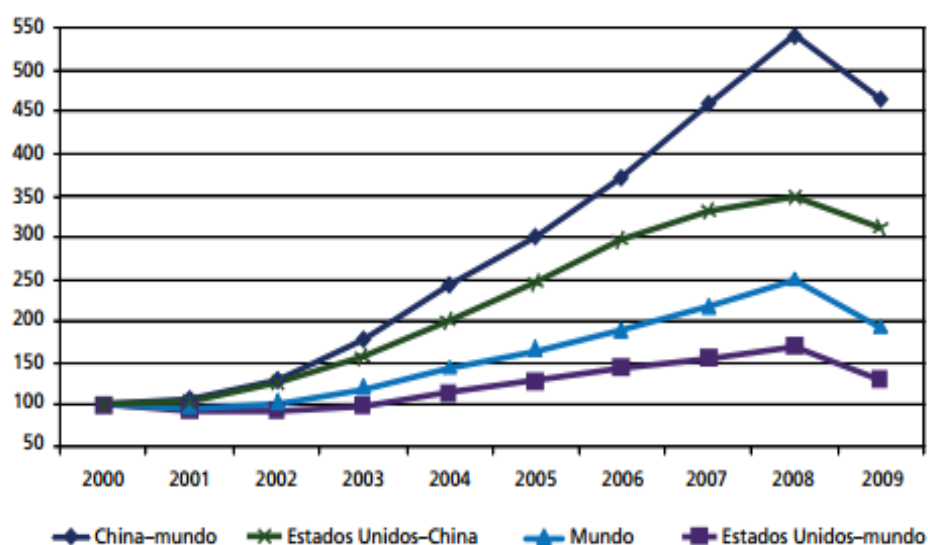
Na presidência de Bush, as relações EUA-China eram relações cotidianas de duas superpotências. Nenhum lado supunha que o outro partilhava de todas suas metas. Em algumas questões, como os assuntos domésticos, seus objetivos não eram compatíveis. Mesmo assim, viam suficientes áreas de interseção em seus interesses para confirmar a sensação emergente de parceria [...] Um dos motivos para a cooperação renovada foram os ataques de 11 de Setembro, que redirecionaram o foco estratégico primário dos Estados Unidos para longe do Leste Asiático e na direção do Oriente Médio e do Sudoeste Asiático, com guerras no Iraque e no Afeganistão e um programa para combater redes terroristas. A China, não mais constituindo um desafio revolucionário da ordem internacional e preocupada com o impacto do terrorismo global dentro de suas próprias regiões minoritárias, especialmente Xinjiang, condenou rapidamente os ataques de 11 de setembro e ofereceu apoio de inteligência e diplomático (KISSINGER, 2012, p. 308).

Nesse sentido, ainda em 2000, durante o mandato de Bill Clinton, foi assinado o acordo da Lei de Relações EUA-China, acontecimento que abriu caminho não só para o ingresso chinês na Organização Mundial do Comércio mas também para a intensificação da relação simbiótica entre os dois países que entre 1980 e 2004 tiveram um aumento de US \$ 5 bilhões para US \$ 231 bilhões no comércio realizado entre si<sup>13</sup>. Pode-se assim dizer que a entrada da China na OMC foi um ponto chave para o projeto de abertura do país para o mercado internacional, já que a partir de então o governo chinês conseguiria garantir que suas exportações não fossem discriminadas. Para Pinto (2011, p. 33-4), as relações sino-americanas na primeira década do século XXI foram caracterizadas pelo a) crescimento das exportações e importações realizadas entre ambos; b) aumento do déficit comercial dos Estados Unidos com a China; c) elevação da participação das exportações chinesas destinada para os EUA; assim como ilustrado a seguir:

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/us-relations-china>, Acesso em 25 de janeiro de 2020. Acesso em 10 fev 2020.

**GRÁFICO 1: Evolução da corrente de comércio - mundo, Estados Unidos e China, 2000-2009 (Em US\$ correntes)**



Fonte: PINTO, 2011, p. 36.

A partir da análise do Gráfico 1, percebe-se que a China teve um crescimento exponencial das suas relações de comércio exterior com o resto do mundo, chegando a ultrapassar o intercâmbio comercial dos Estados Unidos com os outros países. Essas circunstâncias que se deram a partir do governo Bush geraram uma série de críticas ao então presidente, incluindo a criação do termo “*China Shock*” (AUTOR; DORN; HANSON; 2016) que remete ao impacto negativo que a entrada da China na OMC representou para a indústria e o mercado de trabalho norte-americano. Tal fenômeno também é enfatizado por Navarro, que, chegou a afirmar, de acordo com Ball (2018), que os Estados Unidos haviam perdido a guerra comercial justamente desde o momento em que permitiram a entrada chinesa na Organização Mundial do Comércio em 2001.

Nesse sentido, torna-se perceptível que apesar do seu viés unilateral devido às circunstâncias da guerra ao terror, o governo Bush, de modo geral, se manteve aberto para estabelecer relações comerciais com a China, mesmo diante de alguns episódios esporádicos de desentendimentos. Foi durante esse mandato que o governo chinês saiu de sua instância doméstica para conseguir se tornar em 2010 a segunda maior economia do mundo. Torna-se necessário desse modo avaliar melhor o governo Obama, analisando de que modo a crise de 2008 afetou as relações sino-

americana e qual estratégia os Estados Unidos utilizaram para remediar o mais novo protagonista da economia mundial.

### **2.3 As estratégias do governo Obama: O uso das ferramentas multilaterais**

Eleito durante a corrida presidencial de 2008, Barack Obama, do Partido Democrata, tomou posse oficialmente no ano de 2009 como 44º presidente dos Estados Unidos. A propaganda da sua candidatura foi baseada no “*Yes, we can*”, no qual pretendia trazer uma nova abordagem para o país que se via assolado pela crise que se iniciou no fim do governo Bush. A partir de sua posse, os primeiros anos de mandato foram focados em reformular questões internas referentes principalmente à necessidade de geração de empregos. Nesse sentido, existiu um distanciamento inicial em relação à uma agenda comercial mais aberta, já que havia a “percepção de rejeição do público estadunidense, em especial do eleitorado democrata, à realização de acordos de liberalização comercial” (MENDONÇA; LIMA; 2017, p.2).

Nesse momento, a China já se tornava uma preocupação maior para a agenda de política externa dos Estados Unidos, principalmente diante do cenário da crise do subprime, na qual o governo chinês chamou atenção do resto do mundo com sua forte estratégia de contenção de danos, o que trouxe alerta ao governo estadunidense, assim como constata Vigevani, Mendonça, Lima e Thomaz (2019, p. 110): “o clima político nas eleições de 2016 era de “caça às bruxas” nas duas campanhas, com destaque especial para o papel da China, entendida como a principal violadora do regime multilateral de comércio”. Assim, diante do crescimento exponencial da economia chinesa, vista como uma ameaça para a liderança estadunidense, Obama fez uso das ferramentas disponibilizadas pelas instituições multilaterais para enfrentar o adversário. Entre os anos de 2009 e 2015, os EUA chegaram a entrar onze vezes como demandantes no Sistema de Solução de Controvérsias na OMC contra a China, assim como refletida na tabela 3, que revela que mesmo com menos denúncias, o foco na China aumentou drasticamente em relação ao governo anterior:

**TABELA 3: Denúncias dos Estados Unidos no OSC durante os governos Bush e Obama (2001-2012)**

Presidente	Total de denúncias dos EUA	Denúncias direcionadas à China	Percentual de participação chinesa
George W. Bush (2001-2008)	21	6	29%
Barack Obama (2009-2012)	11	7	64%

Fonte: MENDONÇA; LIMA; 2017, p. 21.

Ademais, outro aspecto que reflete a aproximação de Obama com organizações reguladoras do comércio foi a criação do International Trade Enforcement Center (ITEC). Esse órgão foi criado com o intuito de monitorar e fazer cumprir que as regras e direitos comerciais dos Estados Unidos estavam sendo devidamente cumpridos nas suas relações de comércio com o resto do mundo. Incluindo regras que visam a garantia de mercados abertos e a não discriminação, o órgão busca a construção de estratégias de punição/negociação com países que se desviassem das normas do regime (VIGEVANI, MENDONÇA, LIMA, THOMAZ, 2019).

A administração tem sido consistente em posicionar-se a favor de uma maior e mais agressiva utilização do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC e cobrar mais ativamente o enforcement dos acordos existentes, de modo a eliminar barreiras que estariam injustamente impedindo a exportação de produtos e serviços norte-americanos. De fato, algumas medidas foram tomadas nesse sentido, como a abertura de contenciosos com o Canadá e a China na 17 OMC, além de outras pequenas negociações sobre barreiras consideradas irregulares com vários países. Portanto, a política comercial da administração Obama tem as práticas de enforcement como um dos seus elementos centrais (MENDONÇA, LIMA, 2017, p. 16-7).

Outra herança do governo Obama foi a criação do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP), definido por Amaral e Mattos (2013, p. 125) como “um acordo de livre comércio que tem basicamente como objetivo expandir de forma mais eficiente o fluxo de bens, serviços e capitais entre as fronteiras”. O TPP possui atualmente 11 países participantes que visam fortalecer as relações comerciais entre si. De acordo com Pecequillo (2017), a estratégia dos Estados Unidos era voltada com o intuito de contenção do crescimento da China através da aproximação dos países do entorno chinês, a exemplo do Japão. Desse modo, pode-se afirmar que o TPP foi

uma das maiores tentativas de Obama de pressionar indiretamente a China. O intuito do acordo era de isolar o país em relação as relações comerciais e fortalecer os câmbios econômicos com outros parceiros da região, de modo a diminuir a dependência norte-americana das exportações chinesas. Contudo, após anos de negociações do governo Obama para a criação do acordo, três dias após sua posse, Donald Trump optou por sair do TPP sob pretexto de que o tratado traz perdas para a indústria e os trabalhadores norte-americanos<sup>14</sup>.

Enfim, considerando as políticas de Bush e Obama pode-se entender a política comercial atual dos Estados Unidos como uma ruptura. Portanto, é preciso entender melhor se a Guerra Comercial protagonizada entre os Estados Unidos e China tem sido uma alternativa coerente para conter o crescimento chinês e se a estratégia do governo Trump representa um possível declínio ou reposicionamento dos EUA no Sistema Internacional.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2017/01/entenda-o-que-e-o-tp-por-que-trump-decidiu-retirar-os-eua-e-qual-o-impacto-para-o-brasil-9560862.html>>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.



### 3. A guerra comercial entre Estados Unidos e China

A dinâmica da política econômica externa dos Estados Unidos na atual gestão de Donald Trump tem sido contrária aos mecanismos liberais que regem o livre comércio devido a suas altas tarifas contra China, num cenário caracterizado pelo intenso protecionismo por parte do governo norte-americano. Durante a década de 1970, os EUA chegaram a também impor altas tarifas contra o Japão, país que ameaçava a liderança do poder estadunidense na época. Estando em dois cenários diferentes de incertezas, o caso do confronto atual parece ter algumas singularidades: a) o personagem do Donald Trump como presidente que não esconde seu interesse de tirar vantagens para o seu país; b) a existência de um conflito alienar marcado por longos meses de negociações, tréguas e retaliações; c) uma relação ambígua de alta interdependência e competitividade protagonizada pelos dois países e d) a negligência, principalmente por parte dos EUA, de importantes mecanismos que regulam o livre comércio. Em resumo, percebe-se que:

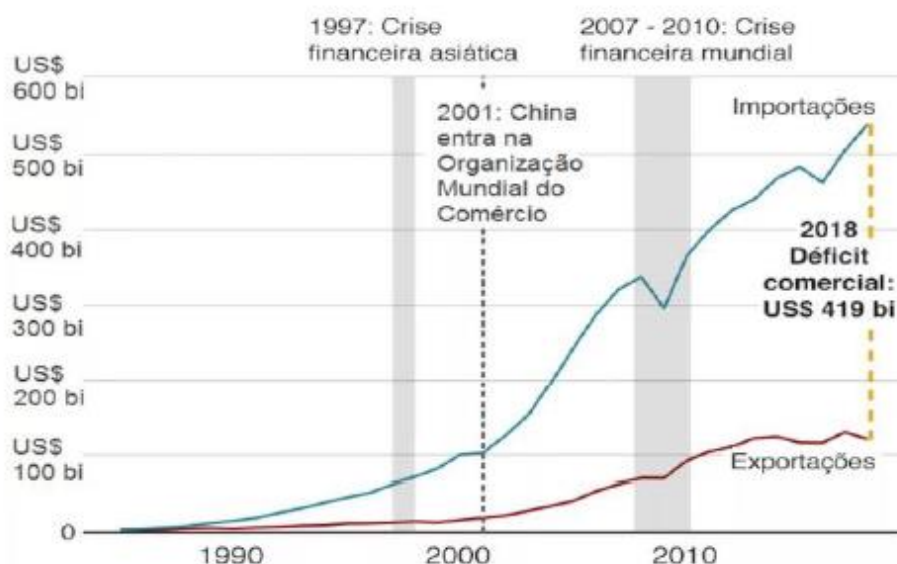
na superfície, o governo Trump alega que deseja equilibrar o déficit comercial, mas meu entendimento é que o objetivo real é recuperar a sua influência dominante, e agora eles querem abandonar a ordem comercial baseada na OMC, originalmente criada pelos Estados Unidos. Mas, para usar suas palavras, a OMC é “dominada pela China, não pelos Estados Unidos”. Então, querem sair da OMC e restabelecer uma ordem favorável a eles. (...) O poder da América está em declínio, enquanto o governo Trump não está fornecendo autoridade suficiente para ganhar a confiança de outras pessoas nos Estados Unidos e complementar seu poder decrescente. Assim, é muito difícil para eles liderar de fato ou reconstruir uma nova ordem mundial, que requer mais poder do que interromper a atual (YU, 2018, s/p, tradução nossa).

Nessa perspectiva, mesmo com o acordo de Fase 1, assinado em janeiro de 2020 que trouxe uma trégua para o conflito, os Estados Unidos e China continuam com relações tensas, variando entre picos tarifários e negociações em busca de um consenso. Os dois países sabem que suas economias estão entrelaçadas em diversos setores-chaves, o que torna toda situação ainda mais complexa. Sendo assim, torna-se necessário entender melhor de que forma se deu a cronologia desse conflito geoeconômico, ao passo em que se busca também analisar os principais reflexos dessas políticas protecionistas, adotadas em momentos diferentes pelos norte-americanos e chineses. Ademais, é preciso observar se essa guerra comercial teve os saldos esperados pelo governo Trump na sua busca de que a “América vença” mais uma vez.

### 3.1: Quadro geral da disputa:

Ainda durante a corrida presidencial de 2016, Donald Trump já se mostrava um candidato com forte descontentamento acerca das relações comerciais entre os Estados Unidos e a China. Além de sua candidatura representar a ascensão do discurso populista e conservador, o então candidato republicano já ameaçava a imposição de altas tarifas como forma de mostrar que os EUA "não estão mais de brincadeira" diante do crescente déficit comercial com a China, que pode ser visto no gráfico 2<sup>15</sup>:

**Gráfico 2: Comércio dos Estados Unidos com a China**



Fonte: BBC News

Durante toda a corrida presidencial, Trump já refletia uma postura mais agressiva em comparação aos presidentes anteriores, ao construir a imagem do governo chinês como “inimigo da nação”, reforçando a necessidade de que medidas mais severas deveriam ser tomadas diante de uma suposta “trapaça”: “Não podemos continuar permitindo que a China roube nosso país e é isso que eles estão fazendo. É o maior roubo da história do mundo.” (TRUMP, 2016b)<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/08/trump-ameaca-adotar-medidas-comerciais-contra-a-china-se-for-eleito-20160825120005415983.html>>. Acesso em 08 fev 2020.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://abcnews.go.com/Politics/10-times-trump-attacked-china-trade-relations-us/story?id=46572567>>. Acesso em 08 fev 2020.

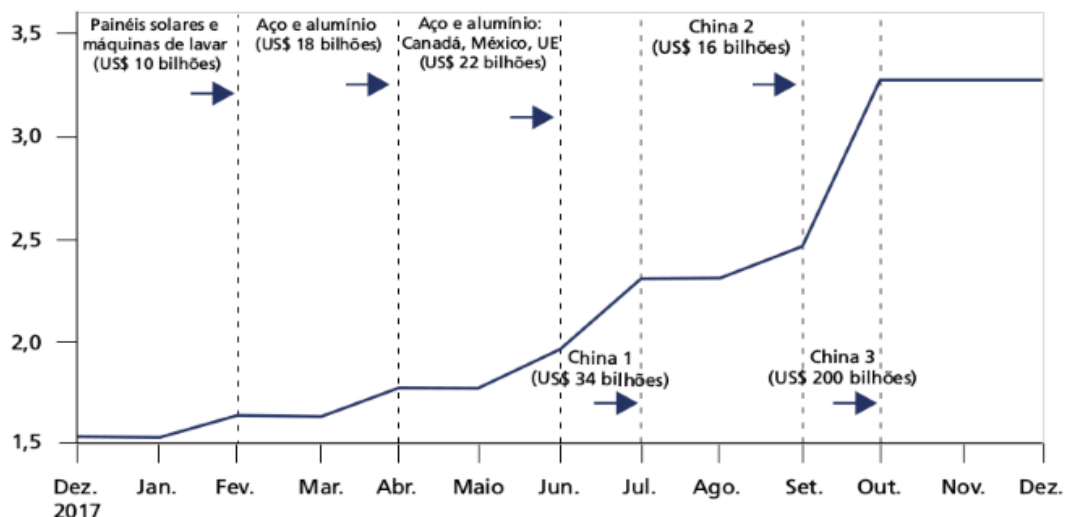
De modo geral, a principal justificativa para a adoção de taxas aos produtos chineses envolve a questão do déficit comercial. Para Trump, há um efeito negativo na economia norte-americana gerado pelos excedentes de bens importados da China, cenário que tem afetado a produção da indústria local e desencadeado um aumento na taxa de desemprego. Para Stiglitz (2007, p.154), frequentemente há uma presunção no discurso político de que quando uma nação está comercializando seus produtos com preços mais baratos do que uma firma americana, esse país estaria jogando deslealmente: “uma vez que as empresas americanas são mais eficientes, seus custos devem ser menores; se firmas estrangeiras estão vencendo a competição com as americanas, deve ser porque estão trapaceando – vendendo abaixo do custo”. Diante desse quadro, as empresas estadunidenses encontram dificuldade para competir com a alta produtividade e os preços baixos ofertados pelo mercado chinês.

Nessa perspectiva, o pretexto central do atual governo estadunidense para a relativa queda da base manufatureira e industrial dos EUA é a transferência desse capital produtivo para a China. Dentre as principais implicações que intimidam os norte-americanos estão a autossuficiência chinesa em tecnologias emergentes, o acesso fácil do país a subsídios advindos de um Estado empreendedor e uma forte política industrial (MELTZER, SHENAI, 2019). questões que evidenciam as atuais dificuldades dos Estados Unidos em enfrentar um país que possui inúmeras alternativas autônomas voltadas para sua inserção na economia e política mundiais. Desse modo, a resposta escolhida por Trump na tentativa de tornar a indústria estadunidense mais atrativa e de diminuir a incidência do “made in China” nos Estados Unidos foi a de aplicar altas tarifas sobre os produtos advindos do país.

De acordo com Kolb e Bown (2019), do Peterson Institute for International Economics, podem-se destacar cinco ondas principais de tarifas desde 2017, sendo três direcionadas especificamente para o caso chinês: 1) Tarifas sobre painéis solares e máquinas de lavar; 2) Tarifas sobre aço e alumínio; e 3) Retaliações referentes à tecnologia e propriedade intelectual. Mesmo com ameaças anteriores, essas movimentações por parte do governo Trump tiveram início oficialmente em fevereiro de 2018, quando se deu início oficialmente a Guerra Comercial entre o governo chinês e norte-americano. Pela definição de Havránková e Dvorský (2019, p. 2, tradução nossa), “uma guerra comercial acontece quando países atacam o comércio uns dos outros com tarifas e cotas mediante o efeito colateral do

protecionismo". Nessas circunstâncias, a atitude inicial de Trump desencadeou uma série de respostas por parte da China, dando início a um longo processo de retaliações, negociações e incertezas de um embate que envolvem agora armas geoeconômicas.

**Gráfico 3: Estados Unidos: ondas tarifárias (2018)**



Fonte: AMITI, REDDING E WEINSTEIN, 2019

O Gráfico 3 reflete o crescimento das ondas tarifárias durante o ano de 2018. Os primeiros itens taxados globalmente por Donald Trump foram os painéis solares, com tariffações de 30% por quatro anos (sendo essas reduzidas gradativamente em até 15%) e as máquinas de lavar, com taxações de 50% por três anos<sup>17</sup>. Com essas medidas, a Associação da Indústria para a Energia Solar dos Estados Unidos chegou a se manifestar de forma contrária à manobra por encarecer as peças importadas e afetar diretamente a produção do setor<sup>18</sup>. Ademais, além das empresas de eletrodomésticos afetadas, o governo chinês também demonstrou seu descontentamento logo mais em fevereiro de 2018. Nesse período, a China deu início a investigações antidumping de exportações de sorgo advinda dos Estados Unidos, impondo tarifas preliminares ainda em abril. Mesmo não sendo uma retaliação destinada aos mesmos produtos, o curto tempo de ocorrência deixa claro o efeito retaliatório dessa medida. Logo em maio, essas tarifas tiveram fim depois de uma

<sup>17</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/trump-anuncia-tarifas-de-importacao-de-ate-50-para-paineis-solares-maquinas-de-lavar-22319107>. Acesso em 07 fev 2020.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/01/trump-impoe-tarifas-sobre-paineis-solares-e-irrita-asiaticos.html>. Acesso em 08 de fev 2020.

série de negociações. Contudo, em agosto, o Ministério do Comércio da China recorreu à OMC com medidas contrárias às tariffações estadunidenses de painéis solares alegando que tal conduta estava ferindo diretamente os interesses comerciais chineses (KOLB, BOWN, 2019).

As tariffações anteriores foram destinadas a uma série de países, não havendo um foco específico das taxações. Tais circunstâncias mudaram a partir de julho de 2018, quando Trump tomou uma medida ainda mais agressiva ao impor tarifas direcionadas às importações chinesas, atingindo cerca de US\$ 34 bilhões em produtos advindos do país<sup>19</sup>. Esse passo foi crucial para o entendimento de ambas as partes de que a guerra comercial havia realmente sido instaurada, assim como afirmou Lu Kang (2019), representante do Ministério do Comércio da China: "Os EUA iniciaram a maior guerra comercial da história econômica"<sup>20</sup>. Como resposta a essa segunda leva, a China também tomou medidas impondo tariffações aos produtos agrícolas, aquáticos e automóveis norte-americanos.

Logo em agosto, os Estados Unidos emitiram uma lista de retaliações de cerca de US\$ 16 bilhões a produtos da China. Ao entrar em vigor, essas importações passaram a ter uma tarifa de 25%, representando 15% a mais do que o previsto anteriormente. Dando passos de reciprocidade perante as medidas estadunidenses, a China também anunciou tarifa adicional com as mesmas proporções aos produtos norte-americanos (KOLB, BOWN, 2019). Assim, em setembro de 2018, a guerra comercial atinge seu pico, com taxações aumentadas para 10% em relação à US\$200 bilhões de importações chinesas, assim como mostrado no Gráfico 3. A promessa era de que as tarifas chegassem a aumentar em 25% até janeiro de 2019. Como resposta, o governo chinês implementou tarifas de US\$60 bilhões em mercadorias dos Estados Unidos. A culminância desse aumento levou o Conselho Estatal da China a fazer uma publicação oficial alegando que a política de Donald Trump tem sido majoritariamente unilateral e protecionista, de modo a impor à força os interesses estadunidenses:

Desde que assumiu o cargo em 2017, o novo governo dos EUA tem divulgado o "America First". Tendo abandonado as normas fundamentais de respeito mútuo e igualdade de consulta que norteiam as relações

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2019-06-06/de-sancoes-a-ataques-a-linha-do-tempo-da-guerra-comercial-entre-china-e-eua.html>>. Acesso em 08 de fev 2020.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2018/07/06/eua-lancam-a-maior-guerra-comercial-da-historia-economica-diz-china.ghtml>>. Acesso em 08 fev 2020.

internacionais. Em vez disso, tem pregado descaradamente o unilateralismo, o protecionismo e a hegemonia econômica, fazendo falsas acusações contra muitos países e regiões - particularmente a China - intimidando outros países por meio de medidas econômicas, como a imposição de tarifas, e tentando impor seus próprios interesses à China por extrema pressão (CHINA'S POSITION ON CHINA-US TRADE FRICTION, p. 5, 2018, tradução nossa).

Em dezembro de 2018, durante a Cúpula do G20 em Buenos Aires, ambos países concordaram em diminuir as tensões comerciais através de uma trégua no conflito. Na declaração oficial emitida pela Casa Branca (2018), ficou estabelecido que aumento das tarifas que seriam impostas a partir de 2019 fossem canceladas (permanecendo essas em 10%) e novas tariffações não poderiam ser mais implementadas pelo menos por um período de noventa dias. Ademais, a China se comprometeu em comprar mais produtos agrícolas dos Estados Unidos no intuito de diminuir o desequilíbrio entre ambos países.

Após cinco meses no qual nenhum acordo foi estabelecido, Trump implementou o aumento para 25% nas tarifas de US\$200 bilhões de mercadorias chinesas. Dias depois, o governo chinês, mesmo afirmando lamentar a medida do governo norte-americano, também aumentou suas tarifas a partir de junho de 2019. A retomada da guerra comercial em 2019 introduziu um maior enfoque na questão tecnológica. Ainda em maio, o governo dos Estados Unidos adicionou a *Huawei* e suas afiliadas como empresas proibidas para compras pelo empresariado norte-americano, sob pretexto de que essa representaria uma ameaça para a segurança nacional<sup>21</sup>. A questão da *Huawei* reflete uma das pautas mais levantadas por Donald Trump diante do avanço desse setor tecnológico chinês no cenário de competição entre os países pela atração de capital e de desenvolvimento. De acordo com a análise de Meltzer e Shenai:

O modelo econômico da China tem uma gama de implicações crescentes para os EUA e para o resto do mundo. Primeiro, o movimento em direção à autossuficiência em tecnologias emergentes é inconsistente com um sistema de negociação baseado em vantagens comparativas. Segundo, o uso de estatais, seu acesso a subsídios e o estado de direito limitado na China apoiam empresas estatais na China e no mundo. Em terceiro lugar, espera-se que o uso da política industrial pela China para escolher os vencedores gere o excesso de produção e ao dumping no exterior. Isso já ocorreu, por exemplo, em aço e energia solar fotovoltaica, com impactos negativos para as indústrias norte-americanas e globais e deve ocorrer em outros setores mais avançados, identificados nas políticas industriais recentes da China,

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/12/por-que-os-eua-consideram-huawei-uma-ameaca-seguranca-nacional.html>>. Acesso em: 09 fev 2020.

como robótica, produção ferroviária de alta velocidade, veículos de nova energia e baterias (MELTZER, SHENAI, 2019, p. 2, tradução nossa).

Nesse sentido, essa nova onda de tarifação iniciada em maio de 2019 associada com as restrições às empresas de tecnologia, reflete o descontentamento de Donald Trump com o projeto de implementação tecnológica da China, também conhecido como o “Made in China 2025”. O plano que tem a duração de 10 anos, foi instaurado pelo governo chinês com o intuito de promover o desenvolvimento industrial de setores de alta tecnologia no país. O programa conta com o auxílio dos subsídios do governo e o apoio de empresas estatais afim de garantir que a China desenvolva sua própria produção de carros elétricos, tecnologia de informação, robótica e inteligência artificial (MCBRIDE, CHATZKY, 2019). Sendo assim, com o intuito de prejudicar a indústria chinesa, Trump chegou a levantar acusações de que a China tem violado as regras que gerem a segurança de propriedade intelectual dos consumidores. Como resposta, além de garantir de que as informações estão devidamente protegidas, o governo chinês levantou outra série de tarifações em cerca de 5 mil itens norte-americanos e publicou sua própria lista de empresas norte-americanas que representam também uma ameaça para os cidadãos chineses (WONG, KOTY, 2020).

Em junho, ambos países concordaram em reiniciar as negociações, num cenário em que Trump acordou em diminuir as retaliações contra a Huawei. Contudo, em agosto, através do Twitter, o presidente anunciou de modo inesperado a imposição de mais 10% de tarifas adicionais nos restantes US\$300 bilhões de mercadorias advindas da China.<sup>22</sup> Poucos dias depois, além de suspender a compra de produtos agrícolas dos Estados Unidos, a China também fez uso da sua flexibilidade monetária ao desvalorizar o yuan no nível mais baixo em 11 anos atingindo o patamar de 7 yuans por dólar, numa medida que levou o presidente republicano a acusar o país adversário de manipulação cambial<sup>23</sup>. Ao final do mês de agosto, o governo chinês mais uma vez impôs tarifas adicionais, o que levou Trump a anunciar que a partir de outubro haveria um aumento tarifário de 30% sobre US\$ 250 bilhões de mercadorias da China. No início de setembro, uma trégua é dada

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://twitter.com/realdonaldtrump/status/1156979446877962243>>. Acesso em 09 de fev de 2020.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/08/06/como-a-desvalorizacao-da-moeda-chinesa-na-guerra-comercial-com-os-eua-pode-afetar-o-brasil.htm>>. Acesso em 08 de fev 2020.

novamente por parte dos chineses que decidem retirar taxas de alguns produtos dos EUA, o que levou ao governo norte-americano a eliminar tarifas de mais de 437 produtos da China.<sup>24</sup>

Em outubro, houve alguns avanços nas tréguas entre os dois países, o que possibilitou o início das negociações de "Fase 1", que só tiveram um acordo concreto em janeiro de 2020. O acordo previa a compra anual por parte da China de cerca de US\$50 bilhões em produtos agrícolas estadunidenses, o compromisso do país em fortalecer as normas de propriedade intelectual e de implementar novas diretrizes para a administração do yuan. Do lado dos EUA, ficaria estabelecido o adiamento da imposição de novas tarifas para 30%, além de que, nos dias seguintes, Trump também concordou em excluir as tarifas de 15% anunciadas nas medidas de agosto de 2019 (WONG, KOTY, 2020). No dia 31 de dezembro de 2019, Trump publicou oficialmente que assinaria a primeira fase do acordo com a China no dia 15 de janeiro de 2020.

Oficialmente o acordo foi assinado na Casa Branca após meses de tensões, num cenário que resultou o total de US\$ 550 bilhões de tarifas dos EUA destinadas à China e US\$185 bilhões de tarifas chinesas voltadas para os Estados Unidos. A assinatura da primeira fase representou um grande passo para o fim do conflito, mas manteve as tarifas de US\$360 bilhões de mercadorias chinesas que, segundo Trump, seriam uma ferramenta negociadora. O governo garantiu que as tarifas de 25% serão mantidas até o fim da fase 2 de negociações, mas as outras importações chinesas terão tarifas reduzidas para 7,5%. O presidente, que está disputando a corrida presidencial de 2020, afirmou que esse foi o maior acordo já visto, imposto por um governo que realmente "coloca a América em primeiro lugar"<sup>25</sup>.

O documento que conta com 86 páginas conta com a pauta de diversos temas conflitivos entre os países. Dentre eles, ficou acordado que haveria: 1) o compromisso com a segurança da propriedade intelectual pelas partes; 2) a proibição da transferência de tecnologias de empresas chinesas e estadunidenses; 3) garantia de que a China irá aumentar a compra de produtos agrícolas dos Estados Unidos; 4)

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/a-cronologia-da-guerra-comercial-entre-estados-unidos-china-23901049>>. Acesso em 09 de fev 2020.

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-15/china-e-eua-selam-a-primeira-fase-do-acordo-para-por-fim-a-guerra-comercial.html>>. Acesso em 09 fev 2020.



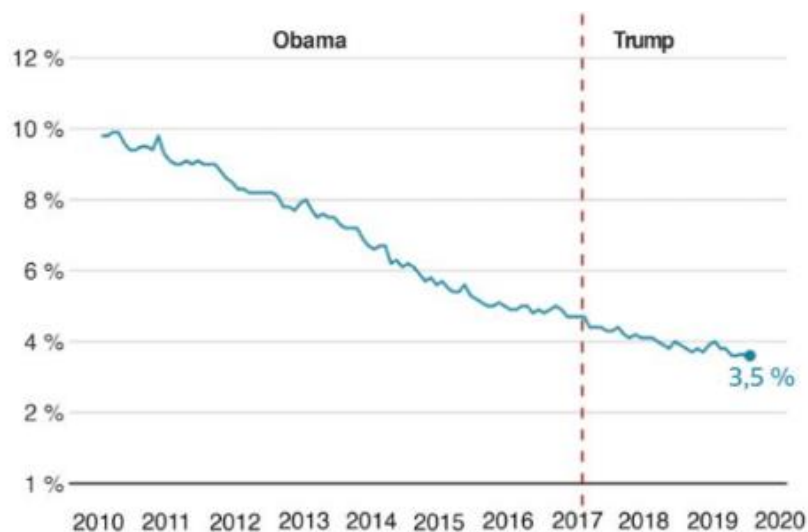
abertura chinesa para entrada de serviços financeiros; 5) a retirada do título dado pelo governo norte-americano de que a China seria um país "manipulador de moeda" (ECONOMIC AND TRADE AGREEMENT USA-CHINA, 2020).

O acordo do início de 2020 abre portas para futuras negociações entre os dois Estados. Entretanto, cabe analisar quais foram os efeitos desses meses em que perdurou a Guerra Comercial, buscando entender se as reflexões das tarifas foram benéficas para os Estados Unidos assim como abordado no discurso do atual presidente norte-americano.

### 3.2 Uma análise sobre os principais efeitos da Guerra Comercial

Mesmo antes de oficializar sua candidatura à reeleição, Donald Trump já afirmava publicamente em comícios e nos canais oficiais do governo a forma como a economia estadunidense está mostrando um bom desempenho. Desde 2016, a economia do país manteve uma alta taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), refletindo um cenário no qual a inflação do país se mantém sob controle e os índices de desemprego estão relativamente em baixa, assim como mostra o gráfico 4:

**Gráfico 4: Taxa de desemprego nos EUA**

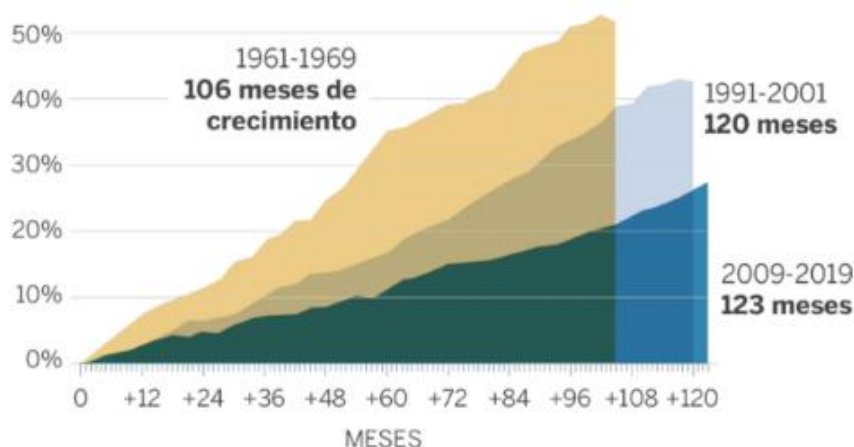


Fonte: BBC News, 2019

Mesmo com resultados positivos em alguns âmbitos cruciais da economia, é preciso destacar que em parte, Trump herdou o crescimento que vem sendo significativo desde o governo Obama. Os dois juntos, chegaram a pontuar a marca

de maior período de crescimento econômica da história dos Estados Unidos, num total de 120 meses seguidos, vistos numa contagem que retrata os índices até o período de junho de 2019 como notado no gráfico 5:

**Gráfico 5: Variação do PIB estadunidense**



Fonte: EL PAÍS, 2019

Em certa medida, Trump associa os resultados positivos da economia à sua administração interna e à sua política econômica externa agressiva, com enfoque especial para as tarifas contra a China. No entanto, em parte, o bom cenário atual é produto do pacote de políticas estabilizadoras implementadas a partir de 2009 pelo governo Obama, com o intuito de minimizar os impactos da crise do subprime. De acordo com Capretta (2016), a administração do governo Obama recorreu ao "quantitative easing", uma espécie de flexibilização quantitativa em várias etapas por meio da compra de títulos e do aumento da quantidade de dinheiro em circulação no país, tendo como intuito principal fornecer estímulo fiscal à economia nacional e incentivar o investimento e o consumo. Desse modo, em termos gerais, dificilmente pode-se afirmar que o cenário otimista da economia norte-americana tenha sido gerado por apenas uma medida isolada, quando na verdade, o que se percebe é um conjunto propício que faz Donald Trump encerrar seu primeiro mandato com bons índices na economia.

Contudo, se o crescimento da economia da China representa uma grande ameaça para Trump, as tarifas impostas durante os meses anteriores culminaram em 2019 coincidentemente com um crescimento menor da economia do país adversário. De acordo com dados oficiais do Escritório Nacional de Estatística da China, o PIB da

nação só teve crescimento de 6,1% em relação à 2018<sup>26</sup>, valor que representa o pior índice do país em 29 anos assim como mostrado no gráfico 6. Mesmo com índices mais baixos, é importante ressaltar que o crescimento do PIB da China é um dos maiores do mundo em comparação a outros países. Desse modo, mesmo que diante da sua relativa queda, a taxa de crescimento chinesa ainda é bem maior do que a dos Estados Unidos. Sendo assim, para a China, o que tornou a recessão algo significativo se refere à forma como em anos anteriores o país chegou a ter picos relativamente mais altos e em 2019 houve uma recessão, num anterior cenário que previa uma alavancada exponencial da economia.

**Gráfico 6: Crescimento chinês desacelera**



Fonte: BBC News, 2020

Claramente, a guerra comercial entre ambos países gerou tensões e incertezas para os consumidores e empresários que comercializavam com a China. No entanto, existem uma série de outros fatores que podem ser levados em conta como substanciais para entender essa queda relativa. Dentre as principais preocupações do governo chinês em termos domésticos, David Shambaugh (2017, s/p) destaca:

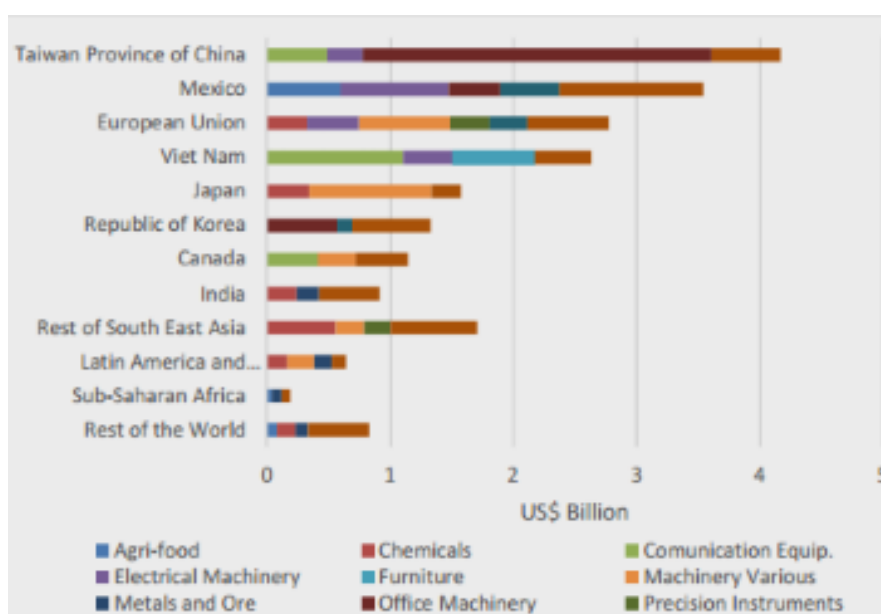
A China tem desafios econômicos significativos hoje. Entre eles estão: o problema da dívida; a supercapacidade industrial; a necessidade de reestruturação do setor industrial, particularmente a reforma das estatais; a inexistência de reforma do mercado de trabalho e do "hukou" (registro que dificulta a migração de trabalhadores dentro do país); mercados de ações inflados; necessidade de reestruturação do setor financeiro; bolhas imobiliárias; protecionismo e barreira para empresas estrangeiras; e fuga de capitais. Esses são alguns dos principais desafios econômicos no presente.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50098588>>. Acesso em 10 fev 2020.

Todos eles são significativos e estruturais, mas [...] o problema da dívida (agora cerca de 282% do PIB) pode ser o mais iminentemente perigoso.

Ademais, mesmo com os receios do crescimento econômico chinês, a abordagem de Trump sempre foi enfática em criticar o alto déficit comercial dos Estados Unidos com a China, tendo sido esse o grande fator chave que desencadeou a guerra comercial. O cenário atual reflete que houve realmente uma queda de 17,6% no déficit estadunidense em termos comerciais com a China em 2019, atingindo seu menor nível desde 2014<sup>27</sup>. Tais dados podem ser vistos pela administração de Trump como um feito positivo, contudo, não necessariamente a indústria e o mercado norte-americano tem sido beneficiado por essa tendência. De acordo com o relatório de Alessandro Nicita (2019), publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), um dos efeitos da guerra comercial tem sido o "desvio comercial", processo caracterizado pela tendência dos importadores de evitar as tarifações e adquirir os produtos de outros países. O Gráfico 7 mostra quais foram os principais países que começaram a vender mais produtos para os Estados Unidos e quais os setores que se destacam:

**Gráfico 7: Efeitos de desvio de comércio, por economias e grupos regionais**



Fonte: NICITA, 2019, p. 11

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/17/pib-da-china-avanca-61percent-em-2019-menor-crescimento-em-29-anos.ghtml>>. Acesso em 28 fev 2020.

A análise do gráfico permite entender que Taiwan, México, União Europeia e Vietnã são os países que mais tem absorvido essa nova demanda do empresariado norte-americano, justamente por seus produtos serem mais atrativos do que as mercadorias chinesas até então tarifadas. Essas circunstâncias reforçam que a tentativa de diminuir o comércio com a China podem ter funcionado, mas não necessariamente foram capazes de garantir um exponencial crescimento das vendas do mercado estadunidense. Além disso, para Nicita (2019), os efeitos do desvio do comércio não são completos, uma vez que esses países conseguem capturar apenas uma parte da demanda, diante da dificuldade de absorção por falta de infraestrutura comercial adequada, dificuldade de encontrar fornecedores competitivos, dentre outros. Assim, pode-se afirmar que esses terceiros países são os mais beneficiados, uma vez que:

Na prática, os vários efeitos das tarifas não são mutuamente exclusivos e ocorrem frequentemente em conjunto: as tarifas bilaterais levam a preços mais altos para os consumidores, a menores lucros para as empresas exportadoras e são acompanhados por efeitos de desvio comercial que favorecem países terceiros. Os modelos comerciais capturam esses efeitos com parâmetros que medem o grau em que os preços e quantidades importados de diferentes países reagem às tarifas (NICITA, p.10, 2019, tradução nossa).

Todo esse cenário reflete que as tariffações resultam no aumento dos preços para os consumidores norte-americanos. De modo geral, o mercado anteriormente atendido pela produção chinesa, vê a necessidade de migrar para outros fornecedores, fator que recai sobre o preço de produção do empresário estadunidense. Até então, percebe-se que uma das principais perdas dos Estados Unidos em relação à guerra comercial tem sido relacionada ao aumento desses preços para o consumidor final, cenário que Trump nunca almejou.

Esse quadro de desvio do mercado estadunidense em relação à China reflete que os atuais acordos e tréguas entre ambos países levaram os chineses a mudarem algumas políticas econômicas. Tal cenário reflete a intenção chinesa em se enquadrar em questões internacionais mais amplas que se referem à acessibilidade ao mercado, proteção de propriedade intelectual, questões financeiras, técnicas e até mesmo comerciais. Contudo, mesmo com os acordos da fase 1, percebe-se que a China não está disposta a mudar pontos estruturais que exigem uma maior dimensão de reformas. Antes de mais nada, o estado chinês continuará a fazer grandes investimentos na economia justamente por sua flexibilidade de inserção no meio

econômico e sua alta associação com o setor privado do país. Além disso, a China continua com um forte desenvolvimento tecnológico que tem sido fomentado em sua maior parte por meio de subsídios e políticas de apoio. Sendo assim, dificilmente as tarifas propostas por Trump irão causar mudanças em um projeto de internacionalização chinês que possui uma forte base estrutura e tem mostrado bons resultados para o país:

Os chineses, por consenso sólido, concordam que sua atual estrutura econômica pode levá-los a uma maior estatura econômica global e que suas empresas estatais, ainda mais que o setor privado, são responsáveis por uma economia competitiva. Os riscos de uma guerra global de tecnologia apenas fortalecem sua determinação. A China não alterará seu caminho fundamental de desenvolvimento até que haja evidências econômicas conclusivas para provar que seu modelo está destinado ao fracasso. Enquanto isso, eles veem as críticas dos EUA como doutrinárias e sem base. Um colapso financeiro ou a falência maciça de alguma iniciativa seria muito mais eficaz em provocar mudanças do que os ditames de um dogma econômico alienígena (BAOCHENG, ROOT, 2019, s/p, tradução nossa).

Percebe-se então que mesmo com os efeitos que ocasionaram uma relativa queda das exportações, as empresas chinesas também começaram a reagir diante das tarifas, reduzindo seus preços de exportação e absorvendo parte do custo das tarifas (NICITA, 2019). Tal reação mostra também a dependência da China em relação ao mercado norte-americano e vice-versa. Segundo Trevisan (2019, s/p), a trégua da fase 1 da guerra comercial reforça que "como um casal fadado a coabitar em meio à hostilidade mútua, em algum momento os dois países terão de firmar um armistício [...] e encontrar uma forma de coexistência, ainda que sob a égide da rivalidade". Por isso, mesmo com as reduções na escala de comercialização, a China e os Estados Unidos ainda funcionam numa forte lógica de dependência mútua, reflexos da dinâmica intercapitalista atual:

Estimamos uma perda anual para os Estados Unidos de US\$ 68,8 bilhões devido a preços de importação mais altos. Ao usar uma estrutura de equilíbrio geral e as elasticidades estimadas, calculamos ganhos de US\$ 21,6 bilhões com os preços mais altos recebidos pelos produtores norte-americanos. A redistribuição dos compradores de mercadorias estrangeiras para os produtores norte-americanos e o governo prevê um efeito negativo de US\$ 7,8 bilhões anual para a economia (0,04% do PIB). Nossos cálculos mostram que, na ausência de retaliações, o impacto agregado na economia seria insignificante, com um terço desse valor (FAJGELBAUM, 2019, p. 30, tradução nossa).

Um dos exemplos desse recuo foi trazido pelo cenário hipotético levantado por Robinson e Thierfelder (2019), representantes da Escola Naval dos Estados Unidos, que afirmam que, caso as altas tarifações se mantivessem, os preços para os

consumidores americanos e para os produtores que importam insumos da China continuariam aumentando, o que causaria uma real recessão econômica para os EUA. Além disso, o fato de o empresariado norte-americano depender tanto da produção chinesa e dos chineses dependerem do consumo estadunidense, torna claro que caso a economia de um dos dois países entrasse em colapso, a cadeia de todo o sistema seria afetada, assim como os moldes que possibilitam o livre comércio mundial.

Ademais, em certa medida, as tariffações de Trump não escondem uma lacuna da economia norte-americana: seu alto índice de financeirização. Enquanto a China se insere no mercado internacional com uma alta produção, elevada geração de valor, fundos de capitais controlados e grande produtividade, os Estados Unidos têm tido uma relativa queda em termos de investimento na economia real. A tendência é de que o mercado manufaturado continue sendo instalado na China diante dos incentivos estatais, fator que traz certa vulnerabilidade para a economia real dos adversários estadunidenses:

os dados apresentados aqui são uma indicação clara de que a China está progredindo mais rapidamente nas indústrias de inovação e tecnologia avançada do que os Estados Unidos. Não há razão para acreditar que esse progresso fracasse na próxima década, principalmente se a China continuar com seu compromisso com o Made in China 2025, e os países avançados não conseguirem recuar com sucesso contra as políticas e práticas mercantilistas da inovação chinesa. Mas, para garantir a liderança contínua, os Estados Unidos devem fazer mais do que unir-se a aliados para convencer a China a seguir as regras, deve implementar sua própria estratégia nacional robusta de inovação e competitividade [...] se os Estados Unidos quiserem manter esse manto de liderança e usufruir dos vastos benefícios advindos da vitória nas indústrias de tecnologia avançada, será necessária uma grande reforma nas políticas nacionais (ATKINSON; FOOTE, 2019, p. 50).

Desse modo, postas tais questões, percebe-se que a Guerra Comercial tem sido uma estratégia de caráter nacionalista do atual governo que reflete um posicionamento de um presidente que não está preocupado com o andamento das relações entre outros países. Trump tem se utilizado de todo o poder norte-americano como forma de impor suas próprias vantagens diante de um sistema que foi moldado para os benefícios estadunidenses. Mesmo com todos os seus avanços, dificilmente a China conseguirá ultrapassar a liderança dos EUA devido ao arranjo anterior instaurado e fixado durante longos anos. Desse modo, não existe vangloria por parte do governo atual em afirmar que a guerra comercial foi suficiente para domar o crescimento exponencial chinês, já que, torna-se perceptível que essa é uma questão

mais estrutural e que dificilmente tariffações seriam capazes de romper tal modelo. Entretanto, o que se percebe de imediato é que ambas nações saíram com prejuízos e os restos do mundo têm sido figurante nesse conflito que transparece as incertezas sobre a capacidade norte-americana de garantir a longo prazo seu papel como estabilizadora e maior potência econômica do mundo.



## CONCLUSÃO

Levando em consideração a presente pesquisa, percebe-se que a guerra comercial e tarifas estadunidenses têm sido o principal meio do governo Trump de tentar frear o crescimento econômico chinês. Atualmente, mediante sua posição de liderança econômica, política, militar e ideológica, os Estados Unidos continuam a deter todos os privilégios construídos ao longo da história para beneficiá-los. No entanto, esse cenário não mascara o fato da China representar uma ameaça diante do pressuposto de que o setor industrial estadunidense acabou por desenvolver fortes ligações de interdependência com as empresas chinesas, fator que caracteriza uma relação simbiótica entre os dois países.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a Guerra Comercial de Donald Trump reflete o poder e influência que a maior economia do mundo pode ter sobre outro país, o conflito também deixa claro a forma como o uso coercitivo de tarifas foi uma medida extremista para reacquecer a economia norte-americana. O fato de o empresariado ter migrado para a China se deve pela atratividade dos preços baixos e alta produtividade das empresas chinesas, que estão se fortalecendo no mercado principalmente diante dos investimentos do governo para a expansão de suas tecnologias de operação.

Mesmo assim, o governo chinês também apresenta suas lacunas que impedem a ultrapassagem em relação aos Estados Unidos. Além de deter a moeda do sistema, o país possui o poder estrutural que reafirma sua capacidade de se impor sistemicamente. Caso a China ascendesse, elas iriam ascender em um modelo regido pela ordem liberal e pelas instituições que foram criadas e idealizadas pelos seus adversários. O que acontece é que, passou-se o tempo em que os Estados Unidos eram um poder unipolar, diante do cenário em que não existia um rival econômico ao seu alcance. Por isso, o que se vê atualmente talvez não seja um declínio, e sim o reposicionamento dos Estados Unidos diante do seu papel de protagonismo nas Relações Internacionais.

Ainda que não impondo seu império, o resto do mundo ainda assiste com preocupação os passos do governo Trump. Mesmo com os acordos firmados no início de 2020, ainda é muito cedo para se ter um fiel quadro de como se deram os resultados para a economia norte-americana e chinesa, num cenário pós-conflito. Por agora, percebe-se que as tarifas não foram suficientes para coibir a expansão de

setores estruturais da China, como os do ramo tecnológico. Contudo, não há como negar que houve um efeito nas exportações chinesas e um relativo descontentamento do empresariado estadunidense diante da necessidade de aumentar o preço do produto que chega ao consumidor. De toda forma, apenas depois das eleições de 2020 será possível ter respostas concretas acerca de como se dará a continuidade da política econômica externa dos Estados Unidos, tornando possível analisar daqui alguns anos, se realmente a América de Donald Trump conseguiu vencer.

## REFERÊNCIAS

ABCNEWS. 10 times Trump attacked China and its trade relations with the US. Disponível em: <<https://abcnews.go.com/Politics/10-times-trump-attacked-china-trade-relations-us/story?id=46572567>>. Acesso em 08 fev 2020.

AMARAL, Gabriela Granço; MATTOS, Thais Caroline Lacerda. A parceria transpacífico como uma estratégia de contenção da China. *Aurora, Marília*, v. 7, n. 1, p. 111-134, Jul.-Dez., 2013.

AMITI, M.; REDDING, S. J.; WEINSTEIN, D. The impact of the 2018 trade war on U.S. prices and welfare. National Bureau of Economic Research, Cambridge, United States, p. 1-41, Mar. 2019. (Working Paper, n. 25672).

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp, 1995.

\_\_\_\_\_, SILVER, Beverly J. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto, 2001.

ATKINSON, R. D.; FOOTE, C. Is China catching up to the United States in innovation? Information Technology and Innovation Foundation, Apr. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2YBDe41>>.

AUTRY, Greg; NAVARRO, Peter. Death by China: Confronting the dragon - A global call to action. New Jersey, Pearson Education, Inc, 2011.

AUTOR, David H; DORN, David; HANSON, Gordon H. The China Shock: Learning from Labor Market Adjustment to Large Changes in Trade. NBER Working Paper No. 21906, 2016.

AXIOS. U.S. and China sign "phase one" trade agreement. Disponível em: <<https://www.axios.com/us-china-phase-one-trade-agreement-signed-9f0e0272-67a8-4184-b449-8eddfa4130d8.html>>. Acesso em 2 fev, 2020.

BALL, M. Peter Navarro used to be a democrat. Now he's the mastermind behind Trump's trade war. *Time*, 23 Aug. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2K5VOwO>>.

BAOCHENG, Liu; ROOT, Hilton. Understanding the US-China Trade Disconnect. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/07/understanding-the-us-china-trade-disconnect/>>. Acesso em 28 fev 2020.

BARRAL, Welber Oliveira. O comércio internacional (Coleção para entender). Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BBC. A economia dos EUA nunca esteve tão bem, como diz Trump? Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49883877>>. Acesso em 2 fev 2020.

BBC. Economia da China cresce no menor ritmo em 3 décadas: como isso pode afetar o Brasil? Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50098588>>. Acesso em 10 fev 2020.

BBC. Guerra comercial: 5 gráficos para entender a disputa entre EUA e China. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48228954>>. Acesso em 1 fev 2020.

BBC. Trump acusa Brasil de desvalorizar real e anuncia tarifa sobre aço e alumínio. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50631302>>. Acesso em 1 dez 2019.

BEENSON, Mark. U.S. Hegemony. London: Routledge. O'Hara, Phillip (ed.), Encyclopaedia of Public Policy: Governance in a Global Age, 2004.

BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. War by the other means: geoeconomics and statecraft. Cambridge, Belknap Press, 2016.

BOWN, Chad; KOLB, Melina. Trump's trade war timeline: a up-to-date guide. Fevereiro/2019. Disponível em: <<http://bit.ly/epivNR7>>.

CAPRETTA, James. The Fed and Fiscal Policy During the Obama Years. Disponível em: <[https://www.realclearmarkets.com/articles/2016/08/24/the\\_fed\\_and\\_fiscal\\_policy\\_during\\_the\\_obama\\_years\\_102319.html](https://www.realclearmarkets.com/articles/2016/08/24/the_fed_and_fiscal_policy_during_the_obama_years_102319.html)>. Acesso em 20 fev 2020.

CFRORG. US Relations with China (1949-2020). Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/us-relations-china>, Acesso em 25 de janeiro de 2020. Acesso em 10 fev 2020.

CHATZKY, Andrew; MCBRIDE, James. Is 'Made in China 2025' a Threat to Global Trade? Disponível em: <https://www.cfr.org/background/made-china-2025-threat-global-trade>.

CHINA'S POSITION ON CHINA-US TRADE FRICTION. Full Text: The Facts and China's Position on China-U.S. Trade Friction. Disponível em: [http://www.xinhuanet.com/english/2018-09/24/c\\_137490176.html](http://www.xinhuanet.com/english/2018-09/24/c_137490176.html).

CRUZ, Sebastião Velasco. Comércio Internacional em um mundo partido: O regime do GATT e os países em desenvolvimento. Cadernos CEDEC, n 77, 2005.

DRYDEN, Steve. Trade Warriors: USTR and the American Crusade for Free Trade. New York: Oxford University Press. 1995.

ELPAÍS. China e EUA selam a primeira fase do acordo para pôr fim à guerra comercial. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-15/china-e-eua-selam-a-primeira-fase-do-acordo-para-por-fim-a-guerra-comercial.html>>. Acesso em 09 fev 2020.

ELPAÍS. Estados Unidos encadeiam o maior período de crescimento de sua história. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/15/economia/1560602434\\_147668.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/15/economia/1560602434_147668.html)>. Acesso em 28 fev 2020.

ESTADÃO. Divórcio econômico entre EUA e China é impossível. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,divorcio-economico-entre-eua-e-china-e-impossivel,70003047048>>. Acesso em 28 fev 2020.

EPOCANEgocios. Por que os EUA consideram a Huawei uma ameaça à segurança nacional. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/12/por-que-os-eua>>

consideram-huawei-uma-ameaca-seguranca-nacional.html>. Acesso em: 09 fev 2020.

EPOCANEgociOS. Trump impõe tarifas sobre painéis solares e irrita asiáticos. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/01/trump-impoe-tarifas-sobre-paineis-solares-e-irrita-asiaticos.html>>. Acesso em 08 de fev 2020.

EXAME. Fed nos coloca em desvantagem competitiva com outros países, diz Trump. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/fed-nos-coloca-em-desvantagem-competitiva-com-outros-paises-diz-trump/>>. Acesso em: 20 nov 2019.

FAJGELBAUM, P. D. et al. The return to protectionism. National Bureau of Economic Research, Cambridge, United States, p. 1-70, Mar. 2019. (Working Paper, n. 25638).

FIORI, José Luis. História, estratégia e desenvolvimento. São Paulo: Boitempo; 2014.

\_\_\_\_\_. O Poder Americano. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

G1. 'Guerras comerciais são boas e fáceis de ganhar'. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/03/guerras-comerciais-sao-boas-e-faceis-de-ganhar-diz-trump.html>>. Acesso em 10 fev 2020.

G1. PIB da China avança 6,1% em 2019, menor crescimento em 29 anos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/17/pib-da-china-avanca-61percent-em-2019-menor-crescimento-em-29-anos.ghtml>>. Acesso em 28 fev 2020.

G1. Trump ameaça adotar medidas comerciais contra a China se for eleito. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/08/trump-ameaca-adotar-medidas-comerciais-contr-a-china-se-for-eleito-20160825120005415983.html>>. Acesso em 08 fev 2020.

G1. Trump diz que a OMC é injusta com os EUA. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/trump-diz-que-a-omc-e-injusta-com-os-eua.ghtml>>. Acesso em 24 de janeiro de 2020>. Acesso em 08 fev 2020.

GAZETADOPOVO. Os 15 países que mais investem em defesa no mundo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/os-15-paises-que-mais-investem-em-defesa-no-mundo/#ancora-1>>. Acesso em: 27 nov 2019.

GAUCHAZH. Entenda o que é o TPP, por que Trump decidiu retirar os EUA e qual o impacto para o Brasil. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2017/01/entenda-o-que-e-o-tp-por-que-trump-decidiu-retirar-os-eua-e-qual-o-impacto-para-o-brasil-9560862.html>>. Acesso em 27 de janeiro de 2020.

GILPIN, Robert. Economia Política das Relações Internacionais. Brasília, EdUnB, 2002.

\_\_\_\_\_. War and change in world politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GLOBO. EUA lançam "a maior guerra comercial da história econômica", diz China. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2018/07/06/eua-lancam-a-maior-guerra-comercial-da-historia-economica-diz-china.ghtml>>. Acesso em 08 fev 2020.

GOLDSTEIN, Judith. United States and World Trade: Hegemony by Proxy?. In: Strange Power. New York: Routledge, 2018.

GOODMAN, Peter S. The New York Times. Globalização contorna guerra comercial dos EUA. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,globalizacao-contorna-guerra-comercial-dos-eua,70002907049>>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

IG. De sanções a ataques, a linha do tempo da guerra comercial entre China e EUA. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2019-06-06/de-sancoes-a-ataques-a-linha-do-tempo-da-guerra-comercial-entre-china-e-eua.html>>. Acesso em 08 de fev 2020.

HAVRÁNEKOVÁ, Michaela; DVORSKY, Tomás. The United States – China trade war. Policy Paper, January/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Dykjix>.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: o Breve Século XX. (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. Why international primacy matters. International security, v. 17, n. 4, 1993.

JOORDAN, Eduard. The Concept of a Middle Power in International Relations: Distinguishing between Emerging and Traditional Middle Powers. Politikon, V. 30, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/0258934032000147282>>.

KIRSHNER, J. The Tragedy Of Offensive Realism: Classical Realism And The Rise Of China. European Journal Of International Relations, 2010.

KISSINGER, Henry. Sobre a China. Editora Objetiva, 2011.

KOTY, Alexander Chipman; WONG, Dorcas. The US-China Trade War: A Timeline. Disponível em: <<https://www.china-briefing.com/news/the-us-china-trade-war-a-timeline/>>. Acesso em 09 fev 2020.

LUTTWAK, Edward N. From geopolitics to geo-economics: Logic of conflict, grammar of commerce. The National Interest, n. 20, 1990.

\_\_\_\_\_. Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada. São Paulo, Nova Alexandrina, 2001.

MEARSHEIMER, J.J. The tragedy of great power politics. New York: W.W, 2001.

MELTZER, Joshua, SHENAI, Neena. The US-China economic relationship: A comprehensive approach. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/research/the->

us-china-economic-relationship-a-comprehensive-approach/>. Acesso em 01 fev 2020.

MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado. A face multilateral do unilateralismo: A reciprocidade na história da política comercial dos Estados Unidos. 2013. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MENDONÇA, F.; LIMA, T. A política comercial dos Estados Unidos no governo Obama: heranças, estratégias e desafios. In: MORAES, R. C. C. de; MENEZES, H. Z. (Org.). A economia política do governo Obama. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.

MORAIS, Isabela Nogueira. Depois da ruptura hegemônica. Rev. Sociol. Polit. no.21 Curitiba Nov. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200016>>.

MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa, 1965.

NICITA, Alessandro. Trade and trade diversion effects of United States tariffs on China. UNCTAD Research Paper No. 37 UNCTAD/SER.RP/2019/9. Disponível em: <[https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ser-rp-2019d9\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ser-rp-2019d9_en.pdf)>.

NYE JR, Joseph S. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, 2012.

PINTO, Eduardo Costa. China na Nova Configuração Global. Brasília: IPEA, 2011.

OGLOBO. A cronologia da guerra comercial entre Estados Unidos e China. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/a-cronologia-da-guerra-comercial-entre-estados-unidos-china-23901049>>. Acesso em 09 de fev 2020.

OGLOBO. Endividamento da China é a maior ameaça para a economia do país. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/endividamento-da-china-a-maior-ameaca-para-economia-do-pais-21975865>>. Acesso em 20 fev 2020.

OGLOBO. Trump anuncia tarifas de importação de até 50 painéis solares e máquinas de lavar. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/trump-anuncia-tarifas-de-importacao-de-ate-50-para-paineis-solares-maquinas-de-lavar-22319107>. Acesso em 07 fev 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Bush II: A ascensão neoconservadora ou o novo declínio? Porto Alegre: Civitas, v.5, n2, 2005.

\_\_\_\_\_. Os Estados Unidos e o século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

\_\_\_\_\_. Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): Dinâmicas Políticas de Consenso e Polarização. Revista Esboços, Florianópolis, v. 24, n. 38, p. 339-359, dez. 2017.

POSSAS, Maria Silvia. Concorrência e competitividade: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista. Tese de Doutorado, IE-Unicamp, 1993.

ROBINSON, Sherman; THIERFELDER, Karen. Who's Winning the US-China Trade War? It's Not the United States or China. Disponível em: <<https://www.piie.com/blogs/trade-and-investment-policy-watch/whos-winning-us-china-trade-war-its-not-united-states-or>>. Acesso em 28 fev 2020.

ROSECRANCE, Richard. The rise of the trading state: commerce and conquest in the modern world. New York: Basic Books, 1986.

STIGLITZ, Joseph Ed. Globalização: como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STRANGE, Susan. States and markets. London, Continuum, 1994.

\_\_\_\_\_. Territory, State, Authority and Economy: a new realist ontology of global political economy. R. W. Cox. (ed), The New Realism, 1977.

\_\_\_\_\_. The Future of the American Empire. Journal of International Affairs Vol. 42, No. 1, 1988.

\_\_\_\_\_. The Persistent Myth of Lost Hegemony. International Organization. Vol. 41, No. 4, 1987.

THUROW, Lester C. Head to head: The economic battle among Japan, Europe and America. New York: William Morrow & Co, 1992.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; MARTINS, Norberto Montani. Regulando os sistemas financeiros: elementos introdutórios. Texto para Discussão IE-UFRJ, n.03, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/NSz3NH>.

TORRES FILHO, Ernani Texeira. A bomba dólar: paz, moeda e coerção. Rio de Janeiro: UFRJ, texto para discussão, n. 26, 2019.

TROXELL, Cel (Res) John. Geoeconomia. Military Review, 2018. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Journals/EdicaoBrasileira/Arquivos/Terceiro-Trimestre-2018/Geoeconomia/>>.

TRUMP, Donald J. América Debilitada: Como fazer a América grande outra vez. Citadel Editora, 2016.

TRUMP, Donald J. Twitter post. 30 Ago, 2019, 10:55h. Disponível em: <<https://twitter.com/realdonaldtrump/status/1167435723823341568?lang=en%3E>>.

TRUMP, Donald J. Twitter post. 23 Ago 2019, 11:57h. Disponível em: <[https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1164914610836783104?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwter](https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1164914610836783104?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwter)>

UOL. Como a desvalorização da moeda chinesa na guerra comercial com os EUA pode afetar o Brasil. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/08/06/como-a-desvalorizacao-da-moeda-chinesa-na-guerra-comercial-com-os-eua-pode-afetar-o-brasil.htm>>. Acesso em 08 de fev 2020



UOL. Governo Trump paralisa órgão que define conflitos comerciais na OMC. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/governo-trump-paralisa-orgao-que-define-conflitos-comerciais-na-omc.shtml>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

UOL. Trump diz que vai retomar tarifas de aço e alumínio do Brasil e da Argentina. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/trump-diz-que-vai-retomar-tarifas-de-aco-e-aluminio-do-brasil-e-da-argentina.shtml>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

YU, C. Trade war not driven by ideology, says director at Tsinghua University. China Daily, 13 July 2018. Disponível em: <http://bit.do/fbjCT>.

VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas. 5ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

VIACOMERCIAL. Economia, Sanções Econômicas dos EUA contra o Irã entram em vigor. Acesso em 2 dez 2019, disponível em: <https://www.viacomercial.com.br/2018/08/07/economia-sancoes-economicas-dos-eua-contra-o-ira-entram-em-vigor/>.

VIGEVANI, Tullo; MENDONÇA, Filipe; LIMA, Thiago. Poder e Comércio: A política comercial dos Estados Unidos. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

VIGEVANI, Tullo; MEDONÇA, Filipe; LIMA, Thiago; THOMAZ, Lais Forti. "America First But Not Alone": uma (nem tão) nova política comercial dos Estados Unidos com Donald Trump. Revista tempo do mundo, rtm, v. 5, n. 1, jan. 2019.

WHITE HOUSE. Statement from the Press Secretary Regarding the President's Working Dinner with China. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/statement-press-secretary-regarding-presidents-working-dinner-china/>. Acesso em: 09 fev de 2020.

WILLIAMS, Nancy. THE RESILIENCE OF PROTECTIONISM IN U.S. TRADE POLICY. Boston: University Law Review, 2019.

WOLF. Após 75 anos da conferência de Bretton Woods, cooperação mundial vive sob ameaça. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/apos-75-anos-de-bretton-woods-cooperacao-mundial-vive-sob-ameaca.shtml>. Acesso em 10 fev 2020.

WRIGHT, Thomas. Sifting through Interdependence. The Washington Quarterly, 36:4, 7-23, 2013.